CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

DISCURSOS DE ÓDIO CONTRA NEGROS NAS REDES SOCIAIS

Luciana Barreto Farias

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-raciais, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre.

Orientador: Fábio Sampaio de Almeida

Rio de Janeiro
Maio 2019

DISCURSOS DE ÓDIO CONTRA NEGROS NAS REDES SOCIAIS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre.

Luciana Barreto Farias

Banca Examinadora:

Presidente, Professor Dr Fábio Sampaio de Almeida CEFET/RJ

Professor Dr Alexandre de Carvalho Castro CEFET/RJ

Professor Dr.Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues UERJ

Professora Dra Jurema Pinto Werneck ANISTIA INTERNACIONAL

SUPLENTE

Professora Dra Maria Cristina Giorgi CEFET/RJ

Rio de Janeiro
Maio/2019

CEFET/RJ – Sistema de Bibliotecas / Biblioteca Central

F224 Farias, Luciana Barreto
Discursos de ódio contra negros nas redes sociais / Luciana Barreto Farias.—2019.
72f. : il. color. , graf. ; enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca , 2019.
Bibliografia : f. 71-72
Orientador : Fábio Sampaio de Almeida

1. Discriminação racial - Recursos de rede de computador. 2. Discurso de ódio na internet. 3. Racismo. 4. Crimes contra os negros. 5. Redes sociais. I. Almeida, Fábio Sampaio (Orient.). II. Título.

CDD 342.810873

Elaborada pela bibliotecária Mariana Oliveira CRB-7/5929

DEDICATÓRIA

“Dedico este trabalho à minha filha Maria Clara Gilmore Farias Nascimento, por todas as vezes que compreendeu minha ausência e a transformou em afeto. Para você, meu amor, os versos do samba que me toca a alma:

“O céu de repente anuviou
E o vento agitou as ondas do mar
E o que o temporal levou
Foi tudo que deu pra guardar
Só Deus sabe o quanto se labutou
Custou, mas depois veio a bonança
E agora é hora de agradecer
Pois quando tudo se perdeu
E a sorte desapareceu
Abaixo de Deus só ficou você.”

*Quando a Gira Girou (Serginho Meriti & Claudinho Guimarães)

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa só foi possível porque conheci pessoas que compartilharam comigo um pouco do tempo, conhecimento e afeto. Outros me abriram portas. Meu agradecimento ao Dr Humberto Adami, o primeiro que me indicou para participar do *International Visitor Leadership Program* (IVLP) e ao Departamento de Estado dos Estados Unidos, na pessoa de Victor Tamm, por viabilizar a viagem que foi o motivador deste estudo.

À Maria da Penha de Carvalho Barreto e Osmaria Barreto Farias, minhas tia e mãe, mulheres fortes que guardaram meus bens mais preciosos. Sem vocês, eu não conseguiria.

Ao meu orientador Fabio Sampaio de Almeida, pelo ensinamento com descontração, orientação sem imposição, estímulo e amizade, que me transmitiu incansáveis informações.

Aos MEUS AMIGOS, que direta ou indiretamente estiveram presentes na minha vida, me incentivando e ajudando em mais esta etapa.

RESUMO

Discursos de ódio contra negros nas redes sociais.

O objetivo desta dissertação é analisar e descrever a organização discursiva e o funcionamento social dos discursos de ódio contra negros nas redes sociais, com o intuito de ofertar caminhos para combatê-los. Seguindo esta trilha, refletimos sobre as condições sócio históricas que precedem o surgimento dos discursos de ódio contra negros no Brasil, considerando as questões ideológicas que envolvem raça e classe e o mito da democracia racial. Fizemos um breve histórico do movimento negro no país e as políticas de reparação, conquistas dos últimos tempos que levaram a uma polarização da sociedade brasileira na atual conjuntura. E refletimos sobre o ódio, o que é o discurso de ódio, como agem personagens no ambiente da web, a legislação sobre o tema do ódio na internet e quais são os caminhos para combatê-lo. Passamos então a observar os discursos sob a ótica da análise do discurso (AD), ligando à conjuntura social, histórica e econômica brasileira. Como referencial teórico, esta pesquisa faz uso do conceito de dialogismo de Bakhtin (1997) e entende o ódio como um sistema de exclusão, conforme nos ensina o filósofo francês Cornelius Castoriades (1992). Trabalhamos também o conceito de raça como uma construção discursiva, de Stuart Hall (2006) e tensionamos raça e classe, com Kabengele Munanga (2012). Por último, oferecemos alguns caminhos ou possibilidades de combate aos constantes ataques aos negros brasileiros considerando as características da análise dos discursos que apontaram para uma tentativa de desumanização da população negra, o desprezo pelo continente africano, a exaltação do mérito como conquista do branco em contraponto à falta de esforço da população preta e o ataque constante à estética negra. Nossa proposta de combate aos discursos de ódio se inspira em programas como o *Teaching Tolerance*, nos Estados Unidos, que foi motivador para este trabalho e sobre o qual iniciamos nossa reflexão.

Palavras-chave: Discurso; Ódio; Racismo; Negros; Análise do discurso.

ABSTRACT

Hate Speech Against Blacks on Social Media.

This thesis seeks to analyze and describe the discursive organization and social function of hate speeches against Blacks on social media with the goal of offering ways to combat them. In this vein, we will reflect on the socio-historic conditions that precede the spawning of hate speech against Blacks in Brazil, considering ideological matters that involve race, class, and the myth of racial democracy. We conduct a brief overview of the Black Movement in the country as well as reparation policies, recent victories which led to the present historical juncture's social polarization. We reflect on hate, specifically hate speech, how persons act on the web, legislation about hate on the internet, and what ways we might combat it. We then study these speeches through the lens of discourse analysis, connecting it to Brazil's social, historic, and economic reality. This research uses as its theoretical base Bakhtin's dialogism (1997) and understands hate as a system of exclusion as defined by the French philosopher Cornelius Castoriades (1992). We also work with the concept of race as a discursive construct (Stuart Hall 2006) and like Kabengele Munanga (2012) we put race and class in tension. Lastly, we offer some ways and means to counter the constant attacks against Black Brazilians taking into consideration discourse analyses that point to an attempt to dehumanize the Black population, denigrate the African continent, exalt merit as the triumph of the white in opposition to the Black population's lack of effort , and the constant attack against the Black aesthetic. Teaching Tolerance in the United States inspires our proposals to combat hate speech and motivated this project's reflections.

Keywords: Speech; Hate; Race; Blacks; Discourse Analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Total por mês (não cumulativo) de crimes de ódio 33
Figura 2 – Foto postada por Ernesto Xavier. Fonte: Página Senti na Pele 42
Figura 3 – Foto postada por Ernesto. Fonte: Página Senti na Pele 43
Figura 4 – Foto de capa da reportagem. Fonte: Reportagem do Portal Geledés 45
Figura 5 – Foto Ilustrativa da reportagem. Fonte: Reportagem do Portal Geledés 46
Figura 6 – Foto Ilustrativa da reportagem. Fonte: Reportagem do Portal Geledés 47
Figura 7 – Foto cedida por Ernesto Xavier. Fonte: Página Senti na Pele 53
Figura 8 – Foto cedida por Ernesto Xavier. Fonte: Página Senti na Pele 53
Figura 9 – Foto cedida por Ernesto Xavier. Fonte: Página Senti na Pele 56
Figura 10 – Foto cedida por Ernesto Xavier. Fonte: Página Senti na Pele 58
Figura 11 – Foto cedida por Ernesto Xavier. Fonte: Página Senti na Pele 58
Figura 12 – Foto cedida por Ernesto Xavier. Fonte: Página Senti na Pele 60
Figura 13 – Foto cedida por Ernesto Xavier. Fonte: Página Senti na Pele 60
Figura 14 – Foto cedida por Ernesto Xavier. Fonte: Página Senti na Pele 61
Figura 15 – Foto cedida por Ernesto Xavier. Fonte: Página Senti na Pele 63
Figura 16 – Foto cedida por Ernesto Xavier. Fonte: Página Senti na Pele 64
Figura 17 – Foto cedida por Ernesto Xavier. Fonte: Página Senti na Pele 69

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10

1. CONDIÇÕES SOCIO-HISTÓRICAS QUE PERMITEM O SURGIMENTO DO DISCURSO DE ÓDIO CONTRA NEGROS NO BRASIL 16

1.1 Ideologia e racismo no Brasil 16

1.2. A ruptura com o mito da democracia racial e a luta do movimento negro 19

1.3. Redemocratização e Políticas de ação afirmativa 23

1.4. A polarização da sociedade brasileira na conjuntura atual 28

2. LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DISCURSO DE ÓDIO 32

2.1. O que é ódio? O que é discurso de ódio? 32

2.2. Haters, trolls e a web e o que diz a legislação 36

2.3. Teaching Tolerance e um novo caminho 38

3. ANÁLISE DE DADOS 41

3.1. Apontamentos metodológicos 41

3.2. Senti na Pele: uma experiência de combate ao ódio racial 42

3.3. Discursos de ódio contra negros no Brasil 50

Considerações finais 67

REFERÊNCIAS 71

INTRODUÇÃO

Esta história começa em junho de 2016. Caro leitor, peço que não se deixe enganar pelo título desta dissertação: trata-se de uma história de esperança. E tem início depois de um convite do Departamento de Estado dos Estados Unidos para conhecer projetos que tratavam do respeito à diversidade entre os estadunidenses. A viagem tinha como temática a "inclusão social nos EUA". Era o último ano do governo de Barack Obama, o primeiro presidente negro do país. Recebi o convite para participar do *International Visitor Leadership Program* (IVLP) por minha atuação no Brasil como uma ativista antirracista e em prol dos Direitos Humanos. Naquele momento, meu ativismo já ultrapassava meu trabalho jornalístico - este último também já bastante voltado para o respeito à diversidade.

Os projetos de combate ao ódio eram muitos nos Estados Unidos. Seria um número a ser comemorado, não fosse sintomático de que era um reflexo de um mundo cada vez mais intolerante. Organizações internacionais, como a ONU, alertavam para o recrudescimento do sectarismo e da xenofobia. Atingiríamos, em pouco tempo, uma crise migratória jamais vista na história da humanidade. Mesmo sabendo que não podemos avaliar historicamente o tempo que nós mesmos vivemos, era de fácil percepção que o mundo estava ficando pior, ao passo que atingia a mais grave crise de intolerância desde a segunda guerra mundial.

> Durante a viagem aos Estados Unidos, visitei muitos projetos de combate ao ódio que iam de cursos para formação de policiais a pesquisas acadêmicas. Um desses programas me chamou atenção e foi motivador desta dissertação: o *Teaching Tolerance*, do Estado do Alabama. Trata-se de uma plataforma com uma vasta programação de ensino e apoio aos professores para combater o discurso de ódio nas escolas. Para alguém que acompanhava se alastrar como erva daninha o ódio contra as minorias, o *Teaching Tolence* parecia simplesmente sensacional. Então me dediquei a este projeto como uma forma de fomentar o que chamei de contradiscurso

- que era a questão da tolerância e as bases para que ela existisse. Começamos a trabalhar então as ideias do contrato racial, de Charles Mills (1997).

> Um ponto fundamental em Mills é que a supremacia branca se sustenta na invisibilidade, ou seja, todos esses processos de subjugação racial não aparecem para os partícipes das interações sociais como tal, ou aparecem, quando muito, como formas de opressão dos negros, mas nunca privilégio dos brancos. (FERES Jr, 2015, p. 96).

Nas ideias de Mills, os brancos são necessariamente beneficiários do racismo e do contrato social que ele impõe, mas não, necessariamente signatários deste contrato. Portanto, a possibilidade de um acordo em que outro tipo de contrato em que o respeito e a tolerância prevaleçam é possível. E este é o caminho trilhado pelo *Teaching Tolerance* nos Estados Unidos e deveria ser também nosso norte aqui no Brasil.

Um breve contexto brasileiro

Desde o fim do século XX, o Brasil passou a conviver com mudanças significativas em sua estrutura social. A desigualdade entre ricos e pobres começou a cair a partir de meados dos anos de 1990, destoando de outros países da América Latina onde o abismo social se ampliou. Entre 1993 e 2013, o índice Gini[1], coeficiente que mede a desigualdade de renda, caiu de 60 para 53 pontos no Brasil – quanto mais perto de zero, menor a desigualdade. A explicação para tal queda vincula-se a uma reorganização do acesso aos níveis mais elevados de escolaridade por parte dos sujeitos oriundos das camadas mais populares da sociedade, seguindo, de modo geral, uma lógica simples: ao estudar mais, o trabalhador ganha mais, uma vez que há maior valorização de determinadas profissões, aquelas que exigem títulos universitários, por exemplo, em detrimento de outras.

No início dos anos 2000, as políticas de reparação, com foco na desigualdade econômica, portanto, ainda focada no social, deram uma grande contribuição para a

[1] O índice Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, apontando a diferença entre os mais ricos e os mais pobres. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/03/1755389-anos-1990-sao-chave-para-entender-queda-na-desigualdade.shtml. Acesso em 10 abr. 2018.

mudança no quadro de desigualdade por aqui. Entre 2005 e 2015, com a implementação de ações afirmativas, como as cotas raciais, o percentual de negros quase dobrou nas universidades, saltando de 5,5% para 12,8% de pretos e pardos na academia[2]. Programas como o Prouni, que fornece bolsas de estudos em universidades, fez com que o número de alunos pobres nas entidades privadas passasse de 0,8% para 4%. No mesmo período, a escolaridade média do brasileiro subiu, a taxa de analfabetismo caiu e o número de crianças matriculadas na escola também cresceu[3]. Os dados são expressivos e as mudanças foram intensas para um curto período de tempo. Como explica Paixão (2015):

> O Brasil dos dias atuais coleciona diversas políticas públicas, de criação relativamente recente, que atuam em nome da igualdade racial. Destacam-se a criação, em 2003, da Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); a Lei 11.645/2008, que inclui nos currículos do ensino básico das escolas de todo o país, assuntos relacionados à população africana ameríndia e seus descendentes; e a mais recente Lei 6.738/2013, que estabelece a concessão de 20% das vagas para afrodescendentes – candidatos autodeclarados pretos ou pardos – e indígenas nos concursos públicos do Poder Executivo. No âmbito do Congresso Nacional, em 2010, foram aprovados o Estatuto da Igualdade Racial e, em 2012, a Lei 12.711, que estabeleceu a reserva de vagas dos cursos de graduação das universidades federais de todo o país para alunos egressos de escolas públicas. A 12.711 incorporou também um percentual específico de vagas para alunos pretos e pardos de acordo com a presença relativa, em termos demográficos, em cada das 27 unidades da Federação brasileira. Finalmente, abordando o que ocorreu no Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal (STF), em 2012, em histórica decisão, reconheceu por unanimidade a constitucionalidade das políticas de reserva de vaga que vinham sendo adotadas no país, inclusive as que continham específico direcionamento em prol de afrodescendentes. (PAIXÃO, 2015, p. 24)

É possível que o brasileiro não tenha acompanhado mudanças tão intensas e com forte peso étnico em áreas sociais num curto período sem que houvesse estranhamento entre classes. Este trabalho tem como foco principal as questões raciais, no entanto,

---

[2] Os termos pretos e pardos aparecem aqui como categoria de uso do IBGE. Nesta pesquisa utilizaremos, de maneira geral, o conceito "Negros" seguindo uma tendência do professor Kabengele Munanga, que compõe nosso referencial teórico: "Em meus trabalhos, utilizo geralmente no lugar dos conceitos "raça negra" e "raça branca", os conceitos "Negros" e "Brancos", emprestados do biólogo e geneticista Jean Hiemaux, que entende por população um conjunto de indivíduos que participam de um mesmo círculo de união ou de casamento e que, *ipso facto*, conservam em comum alguns traços do patrimônio genético hereditário". (MUNANGA, 2014, p.13)

[3] Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-12/percentual-de-negros-em-universidades-dobra-mas-e-inferior-ao-de-brancos. Acesso em 10 abr. 2018

exatamente por haver uma intensa problematização entre questões de raça e classe, nos capítulos seguintes faremos uma breve exposição sobre a temática. Afinal, durante décadas convivemos com os argumentos do mito da democracia racial de forma sólida e irredutível, até os dias de hoje, ainda com "as ideias de Gilberto Freyre recicladas positivamente" e com "uma força inicial que ainda não foi totalmente derrotada, apesar das conquistas sociais alcançadas", como nos alerta Kabengele Munanga (2015, p.12). Falar em políticas de reparação neste país sempre foi um tema delicado. Com a ampliação do acesso à internet e a popularização das redes e mídias sociais, acompanhamos uma explosão de opiniões no espaço democrático das redes sociais. Esta relação conflituosa não ficou escondida e, rapidamente, o que pensa o brasileiro a respeito de políticas de ação afirmativa com teor racial veio à tona. Não é possível provar uma correlação direta mas, durante o mesmo período do boom de políticas reparatórias, as denúncias de injúria, racismo e discursos de ódio também aumentaram. Em 2011, a ouvidoria da Secretaria de Políticas para Promoção da Igualdade Racial (Seppir) começou a receber queixas de injúria racial e de racismo. No primeiro ano foram 219 denúncias, seguidas de um significativo aumento – 413, em 2012, 425 no ano seguinte, 567 em 2014, 656 em 2015 e uma leve queda em 2016 (último registro), com 422 denúncias[4]. Digno de nota também que, em 2019, no momento da conclusão deste trabalho, a Seppir pertence ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). A página anterior com denúncias de racismo expostas aqui já não mais existe, o Disque 100, no entanto, continua funcionando e registrou aumento de 19,46% nas denúncias de discriminação racial durante os primeiros dois meses de 2019, início de governo do presidente Jair Bolsonaro[5].

Esta pesquisa está dividida em etapas. Nosso objeto de estudo são comentários previamente identificados como discurso de ódio e cedidos para nós pela página Senti na Pele, uma página da rede social Facebook que tem como objetivo coletar denúncias de preconceito racial contra negros[6]. Para uma observação quantitativa, utilizamos, em um

[4] Disponível em: http://www.seppir.gov.br/ouvidoria Acesso em 10 abr. 2018

[5] "Sobre o Disque 100, nos dois primeiros meses deste ano foram registradas 113 denúncias no módulo "Igualdade racial". Em 2018, foram 91 casos no período, chegando a 615 nos índices anuais." https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2019/marco/igualdade-racial-aniversario-da-seppir-e-ivulgacao-de-dados-do-disque-100-marcam-esta-quinta-feira-21. Acesso em 01 maio 2019

[6] As denúncias enviadas pelo administrador da página Senti na Pele foram identificadas e classificadas como discurso de ódio pelo próprio administrador. Nos limitamos, no capítulo de "Análise de Dados" a prosseguir com o trabalho de análise sem considerar os critérios utilizados pelo administrador para classificação.

primeiro momento, dados da ONG Safernet. Tais denúncias também já foram previamente identificadas pela ONG Safernet como discurso de ódio contra negros em redes sociais. De acordo com a Safernet[7], que trabalha com dados específicos da web, cerca de 63% das denúncias recebidas pelas Central Nacional de Crimes Cibernéticos estão relacionadas ao discurso de ódio. E o racismo corresponde a quase um terço dos crimes, ocupando o topo das denúncias. Para definição do crime, a ONG delimita "qualquer tipo de preconceito baseado na ideia da existência de superioridade de raça, manifestações de ódio, aversão e discriminação que difundem segregação, coação, agressão, intimidação, difamação ou exposição de pessoa ou grupo" [8] Também fazemos aqui, no decorrer da pesquisa, uma diferenciação entre liberdade de expressão e discurso de ódio. O que diz a legislação brasileira? Por aqui, a garantia constitucional de liberdade de expressão assegurada pelo artigo 5, inciso IX da Constituição Federal, é evocada inúmeras vezes para justificar o discurso de ódio. "A fronteira entre a liberdade de expressão e de ódio costuma ser estreita. Com efeito, a definição do que é aceitável, ou não, manifestar ou divulgar varia de um país para o outro. Na internet, um comentário de ódio postado legalmente num país pode ser considerado ilegal nos países onde os critérios sejam mais rigorosos". (MORENO, 2017, p. 100).

O objetivo geral deste trabalho é fazer uma análise dos discursos de ódio contra negros nas redes sociais levando em consideração este contexto histórico conjuntural aqui exposto e respondendo especificamente às seguintes questões: de que modo se organizam os discursos de ódio racial na internet? Existe uma organização discursiva recorrente utilizada por parte dos *haters*[9] racistas nesses enunciados? Desse modo, definimos como objetivos específicos: a) analisar discursivamente discursos ódio contra negros e negras na internet; e b) descrever a organização discursiva desses discursos de modo a compreender seu funcionamento social.

[7] Disponível em: http://www.safernet.org.br/site/institucional Acesso em 10 abril 2018.
[8] Ver: http://new.safernet.org.br/content/racismo.
[9] Discutiremos o conceito de *haters*, que muitas vezes chamaremos também de odiadores, no capítulo 3. Do ponto de vista jurídico, falaremos da fronteira entre a liberdade de expressão e o discurso de ódio, ou seja, estamos falando dos limites de entendimento da legislação e sua utilização para oprimir, hierarquizar ou excluir. Diferente da discussão jurídica, quando utilizamos o conceito "racismo", estamos tratando estritamente de um sistema ideológico de hierarquização de raças utilizado para dominação e exclusão.

Um ano após o início deste estudo, percebi que era importante delimitar o que entendemos por "ódio racial" e como se formulam estes discursos, ou seja, o que caracteriza um discurso de ódio? Podemos falar em intensidade e vocabulário comuns?

Para responder a estas questões, mergulhamos então no conceito de ódio ligado ao sentimento produzido pelo racismo e formulado pelo filósofo francês Cornelius Castoriadis (1992, p.32): "trata-se da aparente incapacidade de se constituir como si mesmo, sem excluir o outro; em seguida, da aparente incapacidade de excluir o outro sem desvalorizá-lo, chegando, finalmente, a odiá-lo." Passamos a buscar também as bases ideológicas do racismo e suas consequências, diferenciando as questões de raça e classe como nos ensina Kabengele Munanga (2012); Para tratar do modo como o ódio se constrói e atua estruturalmente na sociedade, adotamos os conceitos de ideologia e raça como categorias discursivas de Stuart Hall (2006); nas questões de linguagem, a concepção de dialogismo de Bakhtin (1997) se tornou peças-chave para o entendimento deste processo. A partir deste referencial teórico, passei a entender o discurso de ódio baseado na raça como uma construção de caráter não-argumentativo. Sem intenção de convencer, ou converter. "O racismo não quer a conversão dos outros, ele quer a sua morte" (CASTORIADIS, 1992, p.36).

Seguindo esta trilha, teremos no primeiro capítulo, as condições sócio históricas que precedem o surgimento dos discursos de ódio nas redes sociais contra negros no Brasil, considerando as questões ideológicas que envolvem raça e classe, o mito da democracia racial, um breve histórico do movimento negro no país e as políticas de reparação, conquistas dos últimos tempos que levaram a uma polarização da sociedade brasileira na atual conjuntura. Em seguida, trataremos do que entendemos por ódio, o que é o discurso de ódio, como agem personagens no ambiente da web – *trolls* e *haters*, a legislação sobre o tema do ódio na internet e quais são os caminhos para combatê-lo. Então passaremos à pesquisa em si e efetivamente ao processo de análise dos discursos.

1. CONDIÇÕES SOCIO-HISTÓRICAS QUE PERMITEM O SURGIMENTO DO DISCURSO DE ÓDIO CONTRA NEGROS NO BRASIL

As estratégias de combate ao racismo tomaram boa parte do tempo dos ativistas ao longo do século passado. Neste primeiro capítulo, optamos por fazer um breve recorte histórico partindo do pós-abolição, com ênfase na segunda metade do século XX, quando muito se debateu e construiu para derrubar o mito da democracia racial.

1.1 Ideologia e racismo no Brasil

O racismo está entranhado em todos os setores da estrutura social brasileira. Nas palavras resumidas da intelectual, ativista e ex-ministra da Igualdade Racial Nilma Lino Gomes, "o racismo imprime marcas negativas em todas as pessoas, de qualquer pertencimento étnico-racial, e é muito mais duro com aqueles que são suas vítimas diretas" (LINO GOMES apud MUNANGA, 2012, p.9). Numa sociedade racista como a brasileira, tanto vítimas quanto formuladores dos discursos de ódio têm suas identidades e autonomia afetadas, ou seja, ninguém escapa desta ideologia. Entendemos aqui o racismo, em poucas palavras, como uma ideologia cujo objetivo é a de garantir a determinado grupo, tido como superior, vantagens e privilégios na disputa por recursos. Como explica o professor Munanga, "para ser racista, coloca-se como postulado fundamental a crença na existência de 'raças' hierarquizadas dentro da espécie humana. De outro modo, no pensamento de uma pessoa racista existem raças superiores e raças inferiores". (2012, p. 15). Não há dúvidas de que as vítimas diretas da ideologia racista em nosso país são os negros e todo o seu colorismo[10], para fazer referência a uma expressão mais contemporânea, que resume bem toda uma política de branqueamento, e que resultou neste processo tão complexo para o entendimento da questão racial na atualidade. Somos da época em que são necessárias "polêmicas" comissões para

[10] "O colorismo ou pigmentocracia é a discriminação pela cor da pele e é comum em países que sofreram a colonização europeia e em países pós-escravocratas. De uma maneira simplificada, o termo quer dizer que, quanto mais pigmentada uma pessoa, mais exclusão e discriminação essa pessoa irá sofrer." Disponível em https://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/ Acesso em 16 abr. 2018.

avaliação do fenótipo que pode registrar quem é ou não o afrodescendente que pode ser beneficiado nas políticas de reparação, como as cotas em concursos públicos e universidades[11]. Mas, no passado, já tivemos inclusive teses que traçavam o caráter com maior ou menor dignidade através da cor da pele. É o caso da tese do sociólogo e jurista Francisco José de Oliveira Vianna.

> o tipo superior, seria ariano pelo caráter e pela inteligência, ou pelo menos suscetível de arianização; portanto, capaz de colaborar com os brancos na organização e civilização do país. (PEREIRA, p. 74)

Os negros têm sido física e ideologicamente agredidos e vítimas da exclusão e alienação, são os que Nilma Lino chama de "vítimas diretas". Esta explicação é fundamental para entendermos as construções discursivas racializadas ou racistas no Brasil. Se todos são vítimas da ideologia racista numa sociedade como a nossa, a quem interessa o racismo? Como nos ensina Gramsci, as ideias "não nascem espontaneamente em cada cérebro individual". (HALL, 2006, p. 307).

> O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. (MUNANGA, 2010, p. 5)

As questões que envolvem o racismo brasileiro não podem desprezar os conceitos de colorismo, miscigenação e democracia racial - os dois primeiros já expostos aqui - e toda a gama de consequências que eles trazem[12], especialmente para a inferiorização do negro, conforme explica a historiadora Lilia Schwarctz:

> No Brasil as teorias ajudaram a explicar a desigualdade como inferioridade, mas também apostaram em uma miscigenação positiva, contanto que o resultado fosse cada vez mais branco.

[11] Em agosto de 2016, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão publicou uma orientação sobre regras de aferição de autodeclaração prestada por candidatos negros em concursos públicos de órgãos federais e instituições legadas ao Governo Federal. Disponível em: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=54&data=02/08/2016. DOU 2 de agosto de 2016.

[12] O colorismo, como já mostramos aqui, é um conceito atual que mostra a hierarquização de oportunidades conforme nossa diversidade de cores e tons de pele resultante da miscigenação dos brasileiros, onde o negro com tom de pele mais clara teria mais oportunidades que o mais retinto. A democracia racial, por outro lado, é a crença de que viveríamos em igualdade de oportunidades independente de nossos tons de pele.

> Tingido pela entrada maciça de imigrantes – brancos e vindos de países como Itália e Alemanha -, introduziu-se no Brasil um modelo original, que, em vez de apostar que o cruzamento geraria a falência do país, descobriu-se nele a possibilidade de branqueamento. Dessa forma, paralelamente ao processo que culminaria na libertação dos escravos, iniciou-se uma política agressiva de incentivo à imigração, ainda nos últimos anos do Império, marcada por uma intenção também evidente de 'tornar o país mais claro". (SCHWARCZ, 2012, p.39)

O resultado aparece com gravidade na construção da identidade e na vida cotidiana do brasileiro. A aparência do negro brasileiro e a estética negra são alvos constantes de discurso de ódio, como veremos ao final desta pesquisa. "A alienação do negro tem se realizado pela inferiorização do seu corpo antes de atingir a mente, o espírito, a história e a cultura". (MUNANGA, 2012, p. 17). Acostumamo-nos com a complexidade das nossas relações raciais ao longo da história.

> Por meio de análises diversas, a especificidade do preconceito no Brasil fica evidenciada nesse caráter privado e pouco formalizado. O resultado é a confusão de miscigenação com ausência de estratificação, além da construção de uma idealização voltada para o branqueamento. Chegamos, de tal modo não só ao 'quanto mais branco melhor' como à já tradicional figura do 'negro de alma branca'; branca na sua interioridade, essa figura representou, sobretudo até os anos 1970, o protótipo do negro leal, devotado ao senhor e sua família, assim como à própria ordem social. (SCHWARCZ, 2012, p.71)

Traçamos aqui um pequeno roteiro da complexidade das questões raciais em nosso país. No entanto, como nos aponta Stuart Hall, apesar de todos os detalhes, uma simples observação é suficiente para entender o que, na prática, muitos de nós já sabemos.

> Todos nós sabemos sobre raça: sua realidade. Dá para ver seus efeitos, dá para vê-la nos rostos das pessoas à sua volta, dá para ver as pessoas se remexendo quando pessoas de um outro grupo racial entram na sala. Dá para ver a discriminação racial funcionando nas instituições, e assim por diante. Para que toda essa algazarra acadêmica sobre raça, quando você pode apenas voltar-se para a sua realidade? (HALL, 1995)

Faremos um breve histórico desta luta, acadêmica, mas também artística, cultural e política, que tomou boa parte do tempo de ativistas durante o século XX para derrubar o mito da democracia racial. É importante salientar que veremos, de modo breve, uma

vez que não cabe a este trabalho o aprofundamento, de alguns destes eventos de forma a traçar um embasamento para nosso foco de pesquisa: uma análise da organização discursiva e o funcionamento social dos discursos de ódio contra negros nas redes sociais. Em outras palavras, não espere o leitor, encontrar aqui a história do movimento negro no Brasil com riqueza de detalhes.

1.2. A ruptura com o mito da democracia racial e a luta do movimento negro

A ideia de branqueamento persegue o Brasil desde o fim do século XIX, com o fim do período escravocrata. Na verdade, os prognósticos, muitas vezes, davam conta de um evolucionismo que eliminaria "raças inferiores", como o do famoso médico baiano adepto do darwinismo racial, Nina Rodrigues; ou teorias pró-miscigenação como a do antropólogo Roquete Pinto, no primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia[13], que falavam de "um país cada vez mais branco" com a previsão de que "em 2012 teríamos uma população composta de 80% de brancos e 20% de mestiços; nenhum negro, nenhum índio." (SCHWARCZ, 2012, p. 24-26)

> A ideia de branqueamento através da miscigenação era amplamente debatida entre os 'homens da sciência' brasileiros. E entre eles havia os que tinham uma visão otimista e os que tinham uma visão pessimista em relação ao processo de branqueamento. Entre os otimistas destacam-se João Batista de Lacerda (1846-1915), Sylvio Romero (1851-1914) e Oliveira Vianna (1883-1951). Já entre os pessimistas destacam-se Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906).
> Esses pensadores estavam dialogando diretamente com as teorias raciais vigentes em sua época e buscando uma saída original para a problemática racial no Brasil. Os pessimistas em relação ao branqueamento da população brasileira compartilhavam mais da teoria de Gobineau, segundo a qual a mestiçagem levaria à degenerescência

[13] "No Brasil, o eugenismo desenvolveu-se na virada do século e nas primeiras décadas do século XX, com grandes efeitos na ideologia e na política social. Os eugenistas norte-americanos adotaram à risca a eugenia mendeliana, que seguia estritamente a herança genética e suas implicações raciais. Já a maioria dos eugenistas brasileiros seguiu a linha neo-lamarckiana, que era a visão dominante entre os franceses, com os quais mantinham fortes ligações intelectuais. O neo-lamarckianismo argumentava que as deficiências genéticas poderiam ser superadas em uma única geração. Apesar de ter tido uma vida curta, a predominância desta linha de pensamento entre os eugenistas brasileiros na virada do século teve implicações enormes na interpretação da ideia de raça nas décadas seguintes." (TELLES, 2003, p.45 Apud PEREIRA, 2013, p. 64.)

> da raça inexoravelmente. No caso do pensamento de Nina Rodrigues, a miscigenação, embora inevitável, constituiria um povo inferior necessariamente, se comparado aos europeus, devido à presença do 'sangue negro' em sua formação. (PEREIRA, 2013, p. 69)

A obstinação brasileira pela ideia de branqueamento é constante e vai nos ajudar a entender as atuais construções discursivas. Os estudos que tratavam da extinção de negros e índios rapidamente deram lugar à valorização da mestiçagem, "em especial a partir dos anos 1930, quando a propalada ideia de uma 'democracia racial', formulada de modo exemplar na obra de Gilberto Freyre, foi exaltada de maneira a menosprezar as diferenças diante de um cruzamento racial singular".

> Se nos finais do XIX e inícios do XX, o ambiente nacional encontrava-se carregado de teorias pessimistas com relação à miscigenação – que por vezes previam a falência da nação, por vezes o (necessário) branqueamento -, foi nos anos de 1930 que o mestiço transformou-se definitivamente em ícone nacional, em um símbolo de nossa identidade cruzada no sangue, sincrética na cultura, isto é, no samba, na capoeira, no candomblé, na comida e no futebol. (SCHWARCZ, 2012, p. 28)

No que tange os temas miscigenação e identidade nacional, Gilberto Freyre, certamente, é o nosso representante maior. Freyre "é, talvez, o mais complexo, difícil e contraditório entre nossos grandes pensadores." (SOUZA, 2000, p. 69) *Casa Grande & Senzala*, sua obra mais famosa, é uma das mais estudadas e atacadas por quem entende que a celebrada harmonia racial no Brasil sempre foi uma farsa.

> Freyre mantinha intocados em sua obra, porém, os conceitos de superioridade e de inferioridade, assim como não deixava de descrever e por vezes glamorizar a violência e o sadismo presentes durante o período escravista. Senhores severos, mas paternais, ao lado de escravos fiéis, pareciam simbolizar uma espécie de "boa escravidão", que mais servia para se contrapor à realidade norte-americana. Nesse momento, os Estados Unidos pareciam exemplificar a existência de uma escravidão mercantil, com criadouros de cativos e leis segregadoras. Já o Brasil construía sua própria imagem manipulando a noção de um "mal necessário": a escravidão teria sido por aqui mais positiva do que negativa. Difícil imaginar que um sistema que supõe a posse de um homem por outro possa ser benéfico. Mais difícil ainda obliterar a verdadeira cartografia de castigos e violências que se impôs no país, onde o cativeiro vigorou por quatro séculos e tomou todo o território nacional. (SCHWARCZ, 2012, p. 51)

Não chega a ser surpreendente que, depois de muitas análises e estudos como este, o combate à discriminação racial e, especialmente, ao mito da democracia racial freyriano tenha dominado toda a pauta do movimento negro e o tempo dos ativistas durante a maior parte do século passado. Como já abordamos aqui, passamos a estudar, entender e a lidar com nossas complexidades. Neste contexto, era cada vez mais relevante trabalhar pela construção da identidade negra como forma de combate ao racismo.

> A partir de meados da década de 1970, cada vez mais a busca da chamada "consciência da negritude" em oposição à ideia de 'branqueamento' – que, juntamente com a ideia de "democracia racial", segundo Antônio Sérgio Guimarães, seriam "conceitos de um novo discurso racialista" presente na obra de Gilberto Freyre -, tornava-se um aspecto fundamental para a construção de identidades negras positivadas. (PEREIRA, 2013, p.85)

Na década de 1970, Florestan Fernandes, sociólogo branco, se unia às vozes de estudiosos e militantes negros no combate a chamada "democracia racial", que ele classificava como "sem nenhuma consistência" e "um mito cruel". Atacava a miscigenação como um mecanismo cujo objetivo "não era nem a ascensão social de certa porção de negros e de mulatos nem a igualdade racial". Para Florestan Fernandes (2007), "a eficácia das técnicas de dominação racial" serviam para manter "o equilíbrio das relações raciais" e assegurar a "continuidade da ordem escravista".

> Criou-se e difundiu-se a imagem do "negro de alma branca" – o protótipo do *negro leal*), devotado ao seu senhor, à sua família e à própria ordem social existente. Embora essa condição pudesse ser, ocasionalmente, rompida no início do processo, nenhum "negro" ou "mulato" poderia ter condições de circulação e de mobilidade se não correspondesse a semelhante figurino. Daí o paradoxo curioso. A mobilidade eliminou algumas barreiras e restringiu outras apenas para aquela parte da "população de cor" que aceitava o código moral e os interesses inerentes à dominação senhorial. Os êxitos desses círculos humanos não beneficiaram o negro como tal, pois eram tidos como obra da capacidade de imitação e da "boa cepa" ou do "bom exemplo" do próprio branco. Os insucessos, por sua vez, eram atribuídos diretamente à incapacidade residual do "negro" de igualar-se ao "branco". Essas figuras desempenharam, dessa maneira, o papel completo da *exceção que confirma a regra*. Forneciam as evidências que demonstrariam que o domínio do negro pelo branco é em si mesmo necessário e, em última instância, se fazia em benefício do próprio negro. (FERNANDES, 2007, p. 45) (grifos do autor)

Ao mesmo tempo que intelectuais e acadêmicos, especialmente da Universidade de São Paulo, questionavam o mito da democracia racial, ativistas do movimento negro entravam em uma fase mais agressiva de combate ao racismo e formulação de políticas públicas – como trataremos no próximo tópico. É o caso de Abdias Nascimento que foi, possivelmente, o mais importante intelectual e ativista do movimento negro no século XX, atuando na política[14] e também na cultura, através do Teatro Experimental do Negro[15]. Abdias registra, em primeira pessoa, a imutabilidade do racismo no Brasil desde os tempos da escravidão:

> O Teatro Experimental do Negro veio também para enfrentar esse problema e inserir, nesse contexto de alienação da dramaturgia e do espetáculo, um outro tipo de alternativa estética, que é mostrar o negro como um valor estético automaticamente brasileiro.
>
> Assim, o Teatro Experimental do Negro nasceu nessas circunstâncias e teve que enfrentar uma grande luta inicial com os meios de comunicação de massa. Logo que nós o divulgamos, sobretudo através do jornal *O Radical*, que na época era muito aberto ao nosso grupo, recebemos muitas críticas públicas da imprensa, querendo matar a ideia logo no nascedouro. Diziam que íamos constituir um grupo palmarista, uma coisa segregacionista... Essas coisas que sempre dizem quando o negro quer ter qualquer gesto afirmativo, quer qualquer proposta de transformação do *status quo*.
>
> É claro que, para os beneficiários do racismo, é muito incômodo que nós mexamos nas estruturas racistas da sociedade brasileira, as quais não são de hoje, mas vêm desde 1500. Elas se transformam, se modificam, se enriquecem, mudam de tática e estratégia, mas a estrutura do racismo permanece a mesma coisa, desde o tempo da

[14] Em 1982, participando de suas primeiras eleições, Abdias foi eleito para o posto de Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, sob a bandeira da luta contra o racismo. Era a primeira vez na historia do Brasil que um afrodescendente assumia este cargo com as bandeiras da luta do movimento negro. Como seria de se esperar, Abdias não foi bem recebido pelos demais políticos, que julgavam absurdas as suas bandeiras. No entanto, aos poucos e com muita insistência, ele soube fazer valer seus discursos e suas propostas, como o questionamento à comemoração da data do treze de maio e a demanda pela oficialização do dia 20 de novembro como dia da consciência negra. Em 1991 Abdias chegou ao Senado. Depois, foi nomeado Secretário de Defesa e Promoção da Igualdade Racial do Governo do Estado do Rio de Janeiro, quando Leonel Brizola era o governador. Após a morte de Darcy Ribeiro em 1996, assumiu outra vez a cadeira do Senado, permanecendo até 1998. Disponível em: http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/hist%C3%B3ria-e-mem%C3%B3ria/historia-e-emoria/2014/12/10/abdias-nascimento Acesso em 19 abr. 2018.

[15] O **Teatro Experimental do Negro (TEN)** surgiu em 1944, no Rio de Janeiro, como um projeto idealizado por Abdias Nascimento (1914-2011), com a proposta de valorização social do negro e da cultura afro-brasileira por meio da educação e arte, bem como com a ambição de delinear um novo estilo dramatúrgico, com uma estética própria. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/archives/40416 Acesso em 19 abr. 2018

> escravidão até hoje. Ela tem feito concessões, como uma manobra para se recuperar depois, mas sempre é assim. Vêm todas aquelas leis que antecederam a abolição da escravatura? Foram grandes manobras, até a manobra da Abolição. E essa grande manobra é simplesmente uma estratégia de genocídio. (SEMOG, 2006, p. 124)

Décadas após este desabafo de Abdias Nascimento, o pensador camaronês Achille Mbembe, em seu livro "Necroplítica", afirmaria também que "qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão". Em convergência ainda com este pensamento de Abdias, prossegue:

> Racismo é, acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder[16], "este velho direito de matar". Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. (MBEMBE, 2018, p.18)

O depoimento de Abdias Nascimento contém riquezas, preciosidades sobre o discurso reativo em relação às políticas de ação afirmativa tais como a acusação de "constituir um grupo palmarista" ou de tais políticas serem "segregacionistas" exatamente como veremos se repetir ao longo de décadas e já nos dias de hoje, nas redes sociais, como veremos mais adiante.

1.3. Redemocratização e Políticas de ação afirmativa

Os números dos levantamentos demográficos em nosso país revelam dados curiosos sobre as questões de raça. Desde o primeiro ano em 1872, quando o Brasil ainda era império, as variações foram muitas, do percentual da composição da população negra no país às interrupções dos questionamentos relativos à cor e raça nas pesquisas. Desde 1890, o levantamento demográfico é feito a cada dez anos no Brasil,

[16] Achille Mbembe é considerado um dos mais agudos pensadores da atualidade. Leitor de Fanon e Foucault, com notável erudição histórica. Nascido nos Camarões, é professor de História e Ciências Políticas na Universidade de Witwatersrand, em Joanesburdo, com como na Duke University, nos Estados Unidos. No ensaio "Necropolítica", Mbembe baiseia-se no conceito foucaultino de biopoder, que o próprio Mbembe resume como "o poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder." (2018, p.5).

mas para fins de esclarecimentos, no caso do Censo, a variável cor ou raça em 1900, 1920 e 1970 não foi indagada.

> Uma leitura da presença preta & parda na população residente no Brasil naqueles diversos levantamentos revela informações no mínimo curiosas. Assim, em toda a história das pesquisas demográficas oficiais no país, somente em 1872 os pretos & pardos, em condição livre e escravizada, formavam a maioria da população, respondendo por 58,0% do total (38,3% pretos, 19,7% pardos). Já no levantamento de 1890, o primeiro da República, o percentual de pretos e mestiços (denominação dada naquele levantamento aos pardos) foi de 47,0%. De qualquer maneira, naquele levantamento, os classificados como caboclos responderam por 9,0%, fazendo com que os brancos, em 1890, correspondessem a 44% dos residentes no país. (PAIXÃO; ROSSETO; MONTOVANELE; CARVANO, 2010, p. 92)

E quando consideramos somente a proporção da população preta & parda, a situação fica ainda mais curiosa: uma inversão total na composição racial brasileira em um período de menos duas décadas.

> Em termos da proporção entre os que se declaravam pretos e pardos ao longo daqueles levantamentos, revela-se que em 1872 havia praticamente dois pretos para cada pardo. Já em 1890 esta proporção se alteraria para 2,2 pardos para cada preto. Esta desproporção foi aumentando paulatinamente ao longo de sucessivos Censos: 2,4, em 1950; 6,6, em 1980; 7,2, em 2000; porém tendo se reduzido para 6,4, em 2008. Estes movimentos podem ser lidos de diversas formas, desde seus aspectos mais propriamente demográficos, até englobando dimensões sociais, culturais e políticas. (PAIXÃO; ROSSETO; MONTOVANELE; CARVANO; 2010, p. 92)

No Censo de 1991, o movimento negro promovia a campanha "*Não deixe sua cor passar em branco*". E na primeira década dos anos 2000, mais precisamente na PNAD de 2008 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, pretos e pardos atingiriam 50,6% da população brasileira. Enquanto os números na autodeclaração da população negra eram celebrados, indicando um certo avanço na frente de luta contra o mito da democracia racial e de um país miscigenado reconhecendo a origem étnica do brasileiro, todos os outros indicadores sociais e econômicos relativos a esta população necessitavam de atenção especial. No período entre 1930 e 1980, a taxa de crescimento econômico no Brasil era de 6,8%. No entanto, quando consideramos mortalidade, acesso ao sistema de saúde, segurança alimentar, assistência social,

educação, mercado de trabalho ou qualquer outro indicador no mesmo período, a população negra encabeçava os piores índices.

> Desde a promulgação da Constituição ampliação de 1988, as diferentes frentes vinculadas ao movimento negro brasileiro, de um modo ou de outro, conseguiram pressionar o Estado brasileiro em prol de sua visibilidade e dos seus direitos coletivos. Os efeitos dessas novas políticas são atualmente visíveis e palpáveis. (PAIXÃO, 2015, p.24)

Este quadro foi norteador para as bandeiras do movimento negro em grande parte do século passado. Para recuar um pouco no tempo, lembremos que a história da luta antirracista no período se notabiliza primeiro com a Frente Negra Brasileira, lançada em 1931. A Frente Negra se tornaria o primeiro partido político negro do Brasil e desapareceria em 1937. Durante o tempo de atuação, é lida por grande parte dos ativistas e especialistas contemporâneos, como relata o professor Jacques d'Adesky, por ser um movimento que "interiorizou um modelo alienante que lhe deixava pouco espaço para pensar e construir uma identidade diferenciada". D'Adesky (2001) enfatiza ainda o pensamento do escritor Joel Rufino dos Santos, afirmando que nessa fase "a história do negro é a história que lhe conta o branco, seus heróis são pretos que serviram a brancos: o branco é o superego do negro". (RUFINO, 1999, p. 117.)

> A Frente Negra queria copiar o exemplo dos novos imigrantes, principalmente os italianos, cuja rápida ascensão social era vista como prova da importância da incorporação dos valores e comportamentos europeus na redução dos preconceitos contra o negro brasileiro.
>
> Para Florestan Fernandes, a Frente Negra não compreendia que a diversidade étnica poderia ser considerada como uma via de estruturação de consciência e de integração à nacionalidade brasileira. Os atos de denúncia e discriminação racial no emprego, na moradia, na educação e nos locais de lazer compreendiam, sobretudo, ao anseio de receber um tratamento digno e respeitoso. Pois a meta principal era corrigir, antes de mais nada, as injustiças sociais sofridas pelos negros e conquistar uma situação socioeconômica que pudesse contribuir para sua integração absoluta e completa à vida política, social, religiosa, econômica, militar e diplomática brasileira. (D'ADESKY, 2001, p. 152)

Em 1945, uma mudança significativa na atuação da militância. O Teatro Experimental do Negro organizou a Convenção Nacional do Negro, com uma proposta

de ações organizadas contra o racismo. Uma Carta Magna cobrava "políticas positivas de igualdade racial, como bolsas de estudos e incentivos fiscais[17]" e explicitava a origem do povo brasileiro, definia o racismo como crime de lesa-pátria e punia sua prática como crime.

> Será preciso esperar o fim do Estado Novo, em 1945, para ver os militantes se reorganizarem na Convenção Nacional do Negro Brasileiro e, principalmente, em torno do Teatro Experimental do Negro. A Convenção Nacional, que tinha por objetivo a criação de uma nova Associação do Negro Brasileiro, morrerá no nascedouro, enquanto o Teatro Experimental, que desenvolvia suas atividades de protesto, principalmente nas áreas teatral, literária e artística, prosseguirá seu ativismo até 1968, ano em que as autoridades militares obrigaram seu principal líder, Abdias do Nascimento, a se exilar nos Estados Unidos. (D'ADESKY, 2001, p. 165)

A Associação do Negro Brasileiro, como vimos, não foi criada, mas o embrião para ideias que amadureceriam e ganhariam corpo nos anos de 1970 estava germinando.

> O Movimento Negro contemporâneo, que surge nos anos 70, vai estruturar-se sobre premissas diferentes. Seu objetivo é subverter, de alto a baixo, a ideologia do branqueamento, desmascarando o mito da democracia racial e seu uso em proveito da classe dominante.
>
> Comparado à Frente Negra e aos movimentos anti-racistas dos anos 50, o Movimento Negro realiza um verdadeiro corte epistemológico, assumindo a história dos ancestrais, valorizando suas lutas e as reivindicações. A procura de uma simples assimilação é substituída pela afirmação de uma identidade específica. O Movimento Negro aponta a imagem negativa do negro e da África nos livros escolares. Denuncia a discriminação racial, o desemprego, o subemprego e a exploração sexual, econômica e social da mulher negra. (D'ADESKY, 2001, P.153)

Seguindo esta linha, muitas organizações de luta contra o racismo começaram a atuar nos anos de 1970. O historiador Amilcar Pereira listou dezenas delas:

> Algumas entidades se formaram logo no início da década de 1970, como o Grupo Palmares, no Rio Grande do Sul em 1971; o Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan) e o grupo de teatro Evolução, em São Paulo em 1972; o bloco afro Ilê Aiyê em 1974 e o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro em 1976, ambos em Salvador; A Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba), em 1974 e o Instituto de

[17] Disponível em: Ipeafro http://ipeafro.org.br/acoes/acervo-ipeafro/secao-ten/ Acesso em 22 Abr. 2018

> Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) em São Gonçalo (RJ), em 1975, entre outras. (PEREIRA, 2013, p. 220)

No ano de 1978, um grupo de expoentes militantes da questão racial, como Abdias Nascimento e Lélia Gonzales entre outros ativistas, criaram o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), mais tarde, em 1979, rebatizado de Movimento Negro Unificado (MNU). No campo político, o Brasil enfrentava a Ditadura Militar e isso teria grande influência nos direcionamentos da luta antirracista.

> O regime militar no Brasil teve um outro lado além de dura repressão política, principalmente durante os chamados "anos de chumbo", que segundo alguns autores, de uma maneira um tanto quanto contraditória, também teria contribuído para a constituição do movimento negro contemporâneo: o chamado "milagre", o crescimento econômico que ocorreu durante os "anos de chumbo", principalmente entre 1968 e 1973, acabou proporcionando um número relativamente grande de negros nas universidades – se comparado com os anos anteriores – e, consequentemente, disputando postos de trabalho de maior remuneração. (PEREIRA, 2010, p. 174-175)

O fim da Ditadura Militar e a redemocratização foi um período importante para o diálogo entre o Estado e o Movimento Negro, que exigia políticas públicas de combate ao racismo e pelo bem-estar da população negra, ideias não tão bem aceitas por parte do poder político hegemônico que não dialogava com as questões de raça no país. Foram intensas as pressões, no campo político, especialmente por parte de lideranças como Abdias Nascimento, Lélia Gonzales, Sueli Carneiro, Hélio Santos, Edna Roland, Ivair dos Santos entre outros. Soma-se a isso, um marco na história do movimento negro contemporâneo, como classifica o historiador Amilcar Pereira: as preparações para o centenário da abolição que, ainda segundo o referido autor (2013. p. 305),

> foi considerado por diversos setores do movimento como o momento ideal para provocar a discussão sobre a situação do negro na sociedade brasileira. Um dos principais eventos realizados pelo movimento, nesse sentido, foi a "Marcha contra a farsa da Abolição", realizada em 11 de maio de 1988 na Candelária, no Centro do Rio de Janeiro, cujo cartaz de divulgação tinha como título "Nada mudou, vamos mudar".

As pressões por políticas públicas reparatórias não esmoreceriam após as celebrações do centenário da abolição. Em 20 de novembro de 1995, uma outra marcha, desta vez lembrando os 300 anos do assassinato de Zumbi dos Palmares reuniria 30 mil pessoas em Brasília. As lideranças estavam mais fortalecidas e as pautas mais definidas. Um ano após a Marcha em Brasília, em 1996, ainda reverberando as pressões do movimento negro, o presidente da República Fernando Henrique Cardoso torna-se o primeiro chefe de estado do Brasil a reconhecer publicamente a existência de discriminação racial em nossa sociedade. Amilcar aponta que, "nos anos 1990, muitos ativistas e organizações do movimento negro passaram a desenvolver e manter canais de interlocução com diferentes setores da sociedade brasileira e inclusive com instituições internacionais." (2013, p. 323)

> Nesse esforço de implementar um canal de comunicação com ativistas e conter o crescimento político do Movimento Negro, os anos 1990 verão o presidente Fernando Henrique Cardoso inaugurar uma política de ações pragmáticas sobre a questão racial, cujas diretrizes se encontram em uma plataforma eleitoral.
>
> No âmbito dessa política pragmática, o presidente Fernando Henrique Cardoso encarregou a Fundação Cultural Palmares de desenvolver, principalmente, estudos que permitam a titulação, pelo Incra, dos territórios remanescentes de quilombos, as chamadas terras de pretos, onde vivem descendentes de escravos.
>
> Do ponto de vista simbólico, resulta também dessa política o reconhecimento oficial do líder negro Zumbi como herói nacional. (D'ADESKY, 2001, p. 166)

Estes seriam os primeiros passos para uma série de políticas públicas e de ações afirmativas que viriam ocorrer nos governos seguintes e que trataremos também neste estudo.

1.4. A polarização da sociedade brasileira na conjuntura atual

No início do século XXI, fazendo uma analogia à vida no campo, plantação e colheita do Movimento Negro foram volumosas. Em 2003, o governo criou a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Seppir, como forma de diálogo e de

"reconhecer as lutas históricas do Movimento Negro[18]." Em 2010, foi aprovado o Estatuto da Igualdade Racial.[19] O documento foi classificado como importante por nomes da luta antirracista, como afirma Kabengele Munanga: "o resultado obtido com a aprovação deste Estatuto, que passou por numerosas negociações, acompanhadas de modificações, é muito significativo para uma luta feita com armas tão desiguais.[20]" Para o economista e ativista Marcelo Paixão, foi um período de celebração.

> Novos atores sociais emergiram no cenário político, reivindicando maiores espaços, em termos dos resultados do crescimento e no processo de formulação das políticas públicas. Desde a promulgação da Constituição de 1988, as diferentes frentes vinculadas ao movimento negro brasileiro, de um modo ou de outro, conseguiram pressionar o Estado brasileiro em prol de sua visibilidade e da ampliação dos seus direitos coletivos. Os efeitos dessas novas políticas são atualmente visíveis e palpáveis. (PAIXÃO, 2015, p. 24)

Na segunda década dos anos 2000, as chamadas políticas de ação afirmativa com objetivo de corrigir erros históricos se consolidaram. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal julgou constitucional a consolidação de políticas para a redução de desigualdades e discriminações existentes no país.

> As ações afirmativas no Brasil partem do conceito de equidade expresso na constituição, que significa tratar os desiguais de forma desigual, isto é, oferecer estímulos a todos aqueles que não tiveram igualdade de oportunidade devido a discriminação e racismo.
> Uma ação afirmativa não deve ser vista como um benefício, ou algo injusto. Pelo contrário, a ação afirmativa só se faz necessária quando percebemos um histórico de injustiças e direitos que não foram assegurados.
> O termo ação afirmativa foi utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos, na década de 60 do século XX, para se referir a políticas do governo para combater as diferenças entre brancos e negros. Antes mesmo da expressão, as ações afirmativas já eram pauta de reivindicação do movimento negro no mundo todo, além de outros grupos discriminados, como árabes, palestinos, kurdos, entre outros oprimidos.
> No Brasil, as ações afirmativas integram uma agenda de combate a herança histórica de escravidão, segregação racial e racismo contra a população negra[21].

---

[18] In http://www.seppir.gov.br/sobre-a-seppir/a-secretaria Acesso em 24 abr. 2018

[19]In.:http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/Lei%2012.288%20-%20Estatuto%20da%20Igualdade%20Racial.pdf Acesso em 24 abr. 2018

[20]In.: http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/noticias/ultimas_noticias/2010/07/kabelengele-apoia-sancao-do-estatuto-da-igualdade-racial Acesso em 24 abr. 2018

[21] Disponível em: http://www.seppir.gov.br/assuntos/o-que-sao-acoes-afirmativas Acesso em 24 abr. 2018

As disparidades econômicas e sociais entre brancos e negros, bem como o racismo, ainda estão entre as maiores frentes de luta do movimento negro contemporâneo. No entanto, os números e a militância comemoram grandes avanços. Como exemplo, tomaremos o ingresso de negros nas universidades. O percentual desta parcela da população praticamente duplicou nos dez anos após a criação das cotas.

> O percentual de negros no nível superior deu um salto e quase dobrou entre 2005 e 2015. Em 2005, uma após a implementação de ações afirmativas como as cotas, apenas 5,5% dos jovens pretos e pardos na classificação do IBGE e em idade universitária frequentavam uma faculdade. Em 2015, 12,8% dos negros entre 18 e 24 anos chegaram ao nível superior[22].

Concomitante a todo este processo, programas sociais de impacto direto no combate à pobreza, como o Bolsa-Família; políticas de valorização do salário-mínimo ou leis como a Pec das Domésticas[23], impactaram direta e positivamente as condições socioeconômicas da população negra ainda que, não tivessem meta específica, a população preta e parda, para utilizar a classificação do IBGE.

> A mudança da estrutura produtiva brasileira, que ampliou a importância das atividades de serviço em detrimento das industriais, associada à política de valorização do salário mínimo, trouxe sensíveis reduções nas assimetrias entre brancos e afrodescendentes, no mercado de trabalho brasileiro. Assim, entre 1995 e 2012, as diferenças de remuneração no trabalho entre esses dois grupos reduziram-se de 111,3% para 73,8%. O Programa Bolsa-Família, que atende atualmente cerca de 14 milhões de famílias abaixo da linha de pobreza, colheu os afrodescendentes (especialmente os residentes nas regiões mais pobres do país, ou seja, no Norte e no Nordeste) como seu alvo principal. Desse modo, este grupo atualmente, responde por cerca de dois terços dos beneficiários desse programa de governo. Assim, em 2012, a taxa de pobreza entre os pretos e pardos havia caído para menos de 10%. (PAIXÃO, 2015, p. 25)

Pontuar esta temática é fundamental para o trabalho que estamos desenvolvendo para a análise do discurso de ódio racial contra negros no Brasil. Muito do que vemos hoje nos discursos de ódio racial têm relação direta, inclusive com citação específica de tais políticas públicas ou com alguma referência a este contexto. Evoca-se o programa Bolsa-Família para atacar nordestinos, quilombolas ou

[22] Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-12/percentual-de-negros-em-universidades-dobra-mas-e-inferior-ao-de-brancos Acesso em 24 abr. 2018

[23] In.: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm Acesso em 27 abr. 2018

moradores de periferia com palavras que os desqualificam na condição de trabalhadores. Na mesma linha, o discurso da meritocracia se contrapõe às políticas de reparação. Entendemos aqui a ideia de meritocracia[24] da mesma forma que o historiador Sidney Chalhoub[25]:

> A meritocracia como valor universal, fora das condições sociais e históricas que marcam a sociedade brasileira, é um mito que serve à reprodução eterna das desigualdades sociais e raciais que caracterizam a nossa sociedade. Portanto, a meritocracia é um mito que precisa ser combatido tanto na teoria quanto na prática. Não existe nada que justifique essa meritocracia darwinista, que é a lei da sobrevivência do mais forte e que promove constantemente a exclusão de setores da sociedade brasileira. Isso não pode continuar.[26]

Estes apontamentos serão retomados ao longo do trabalho, dada a frequência que aparecem nas práticas discursivas contra negros no Brasil.

[24] Meritocracia é um sistema que se baseia nos méritos pessoais de cada indivíduo.

[25] Sidney Chalhoub é historiador, professor titular colaborador do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp e docente do Departamento de História da Universidade de Harvard (EUA). Disponível em: http://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/862/sidney-chalhoub/ Acesso in 27 abr. 2018

[26] In https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/06/07/meritocracia-e-um-mito-que-alimenta-desigualdades-diz-sidney-chalhoub Acesso em 27 abr. 2018

2. LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DISCURSO DE ÓDIO

Entraremos neste capítulo com uma breve exposição sobre o comportamento do odiador nas redes, o quanto já avançamos na legislação e o caminho percorrido por algumas experiências de combate ao ódio em outros países, como o projeto *Teaching Tolerance*, nos Estados Unidos.

2.1. O que é ódio? O que é discurso de ódio?

O crescimento avassalador do conservadorismo no mundo tem sido objeto de estudo de acadêmicos e de denúncia dos meios de comunicação. Eleições de governos ultraconservadores, deposições de líderes alinhados com políticas de inclusão, perseguição a minorias, aumento do terrorismo e um saldo de milhões de refugiados como nunca visto na história da humanidade são algumas das manchetes que circulam no planeta.

No Brasil, como vimos anteriormente, à medida que foram instituídas ações afirmativas para população negra nos últimos anos – a criação da Lei 10639, o Estatuto da Igualdade Racial, promulgado em 2010, a lei de cotas e o ingresso de milhares de jovens negros nas universidades, entre outros – acompanhamos um crescimento nas denúncias de racismo e ódio racial.

Atuando no Brasil desde 2006, a ONG SaferNet já recebeu pouco mais de dois milhões de denúncias relacionadas aos crimes de ódio na rede mundial. Deste total, 28% correspondem ao racismo[27]. Quando analisamos o quadro de comportamento destas denúncias, podemos perceber que, assim como as denúncias da ouvidoria da SEPPIR, expostos anteriormente neste texto, há um crescimento sistemático dos crimes de ódio racial na segunda década de século XXI, quando efetivamente foram colocadas em prática as políticas de ação afirmativa sobre as quais tratamos nos capítulos anteriores.

[27] In.: http://saferlab.org.br/o-que-e-discurso-de-odio/index.html. Acesso em 28 abr. 2018.

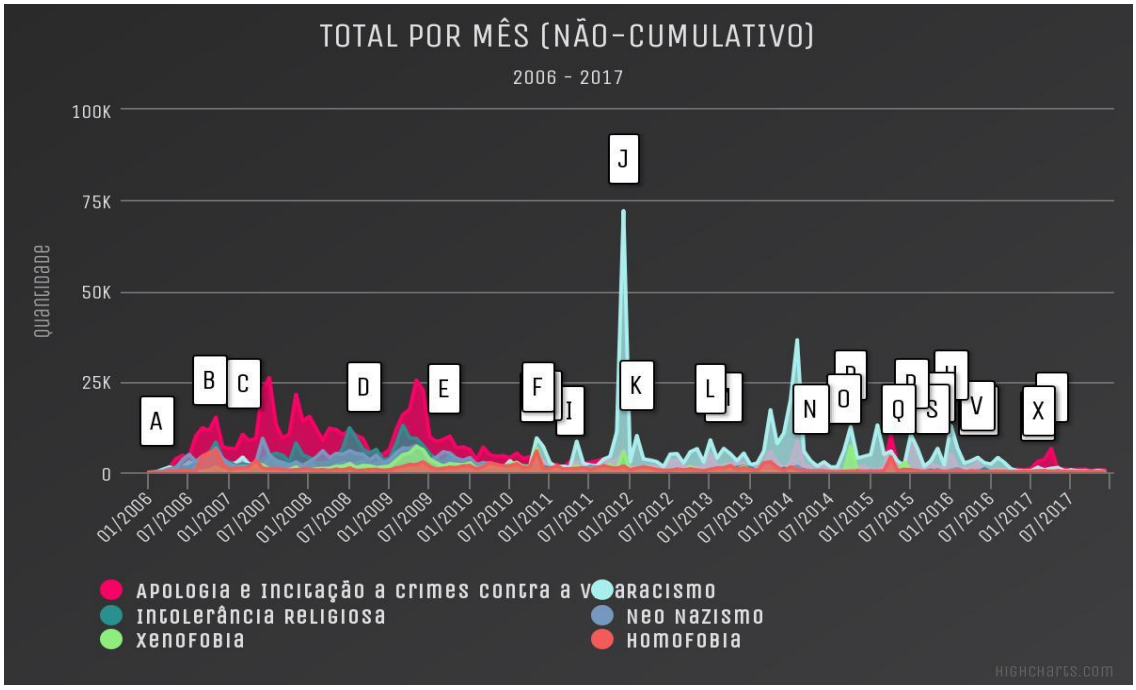


FIGURA 1. Total por mês (não cumulativo) de crimes de ódio. Fonte: SaferLab

O que esses números apontam? Em primeiro lugar que, a melhoria das condições de vida do objeto de ódio causa uma reação direta no autor do discurso. Para compreendermos o discurso de ódio, teremos que conceituar aqui o que delimitamos por ódio. Para registro, é importante deixar claro que muito do que se pesquisa sobre discurso de ódio em nosso país tem uma dimensão jurídica, mas pouco se tem de especificidade da questão filosófica, de análise do discurso ou mesmo produções sobre discurso de ódio com recorte racial. Este estudo busca se debruçar sobre estas especificidades.

Para a SaferNet, ONG que fornece o corpus deste trabalho, o discurso de ódio tem um sentido amplo, mas sem definição específica do termo ódio.

> O discurso de ódio está situado num equilíbrio complexo entre direitos e princípios fundamentais, incluindo a liberdade de expressão e a defesa da dignidade humana. De maneira geral, o discurso de ódio é definido como manifestações que atacam e incitam o ódio contra determinados grupos sociais baseadas em raça, etnia, gênero, orientação sexual, religiosa ou origem nacional.
> Em geral, as definições são aplicadas em casos concretos e levam em conta várias camadas de regras, como tratados internacionais, a Constituição brasileira, leis nacionais e os termos de uso das plataformas (como Google, Facebook e Twitter)[28].

Nosso entendimento, aqui neste estudo, pretende ultrapassar questões jurídicas que envolvem o discurso de ódio. De maneira sintética, ao fim deste trabalho, esperamos ter problematizado e discutido o que são ódio, discursos de ódio e as características específicas do discurso de ódio contra negros no Brasil.

Este estudo não trata do ódio como simples aversão intensa, sentimento de raiva, rancor ou ira. Em uma das pouquíssimas produções que seguem esta linha de pesquisa, o filósofo e intelectual francês André Glucksmann define ódio:

> Tese defendida aqui: o ódio existe, todos nós já nos deparamos com ele, tanto na escala microscópica dos indivíduos como no cerne de coletividades gigantescas. A paixão por agredir e aniquilar não se deixa iludir pelas magias da palavra. As razões atribuídas ao ódio nada mais são do que circunstâncias favoráveis, simples ocasiões, raramente ausentes, de liberar a vontade de destruir simplesmente por destruir. (GLUCKSMANN, 2007, p. 11)

O conceito utilizado neste estudo, no entanto, se aproxima mais da definição de outro filósofo francês, Cornelius Castoriadis, em que ódio está estritamente ligado ao sentimento produzido pelo racismo: “trata-se da aparente incapacidade de se constituir como si mesmo, sem excluir o outro; em seguida, da aparente incapacidade de excluir o outro sem desvalorizá-lo, chegando, finalmente, a odiá-lo.” (CASTORIADIS, 1992, p. 32)

A concepção de ódio tratada aqui é, portanto, uma questão também de alteridade. O discurso de ódio, como uma “prática social”, define “a constituição histórica de um sujeito de conhecimento” especialmente porque “o discurso é esse conjunto regular de fatos linguísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outro”. (FOUCAULT, 2005, p. 9)

[28] Disponível em: http://saferlab.org.br/o-que-e-discurso-de-odio/index.html Acesso em 29 abr. 2018

> Desse ponto de vista, podemos dizer que as expressões extremas do ódio do outro - e o racismo é a expressão mais extremada, pela razão já exposta da inconvertibilidade - constituem monstruosas mudanças físicas, graças às quais o sujeito pode conservar o afeto mudando de objeto (grifo do autor). Por isso, sobretudo, ele não quer se encontrar no objeto (ele não quer que o judeu se converta, ou conheça a filosofia alemã melhor do que ele), ao passo que a primeira forma de rejeição, da desvalorização do outro, se satisfaz geralmente com o "reconhecimento" pelo outro, constituído por sua derrota, ou sua conversão. (CASTORIADES, 1992, p. 39)

Portanto, o discurso de ódio baseado na raça tem caráter não-argumentativo. Não pretende convencer, ou converter. "O racismo não quer a conversão dos outros, ele quer a sua morte". (CASTORIADIS, 1992, p. 36)

A exemplo de uma extensa pesquisa dedicada ao ódio, especialmente como um sentimento antijudeu, percebe-se comumente dois fatores importantes: o primeiro diz respeito à origem do sentimento, ligada a algo "inconvertível", como características físicas, seu nascimento ou sua raça; o segundo, a apropriação deste sentimento como arma ideológica. A conexão entre sentimento e apropriação ideológica nos leva a uma problematização específica e pertinente sobre o racismo: "por que o que deveria ter ficado como simples afirmação da 'inferioridade' dos outros torna-se discriminação, desprezo, confinamento, para exacerbar-se finalmente em raiva, ódio e loucura assassina?" (CASTORIADIS 1992, p. 34)

> Até o período da 'corrida para a África', o pensamento racista competia com muitas ideias livremente expressas que, dentro de um ambiente geral de liberalismo, disputavam entre si a aceitação da opinião pública. Somente algumas delas chegaram a tornar-se ideologias plenamente desenvolvidas, isto é, sistemas baseados numa opinião suficientemente forte para atrair e persuadir um grupo de pessoas e bastante ampla para orientá-las as experiências e situações da vida moderna. Pois a ideologia difere da simples opinião, na medida em que pretende detentora da chave da história, e em que julga poder apresentar a solução dos 'enigmas do universo' e dominar o conhecimento íntimo das leis universais 'ocultas', que supostamente regem a natureza do homem. (ARENDT, 2012, p. 234)

Por último, não podemos desconsiderar, numa visão bakhtiniana de linguagem, que os diferentes modos do discurso se entrecruzam na produção de sentidos. A própria raça, como nos mostra Stuart Hall, "é uma categoria discursiva" e não uma categoria biológica. Não consideramos também, sob a ótica econômica, a raça como uma classe.

> A redução de raça a classe é um modo de negar a gritante constatação social. Segundo alguns estudos, verificou-se que a agressão aos negros é não apenas socioeconômica, mas também racial, donde a grande diferença entre oprimidos negros e outros. (MUNANGA, 2012, p. 58)

Portanto, em nossa análise, consideramos as expressões de ódio racial, em sua face discursiva e ideológica, entendendo ideologia como "referências mentais – linguagens, conceitos, categorias, conjunto de imagens do pensamento e sistemas de representação – que as diferentes classes e grupos sociais empregam para dar sentido, definir, decifrar e tornar inteligível a forma como a sociedade funciona." (HALL 2006, p. 250). Seguindo a mesma linha, Clóvis Moura descreve "o papel social, ideológico do racismo", classificando-o como "uma ideologia de dominação", com uma "força permanente" e um "significado polifórmico e ambivalente".

> Apenas desta forma poderemos compreender por que se trata de um conceito tão polêmico e, também, por que em determinados contextos políticos e momentos históricos o racismo adquire tanta vitalidade e se desenvolve com tanta agressividade: ele não é uma conclusão tirada dos dados da ciência, de acordo com pesquisas de laboratório que comprovem a superioridade de um grupo étnico sobre outro, mas uma ideologia deliberadamente montada para justificar a expansão dos grupos de nações dominadoras sobre aquelas áreas por eles dominadas ou a dominar. Expressa, portanto, uma ideologia de dominação, e somente assim pode-se explicar a sua permanência como tendência de pensamento. (MOURA, 1994, p. 1)

Buscamos fazer, portanto, uma análise ampla do nosso corpus, que ultrapassa questões jurídicas, tratando os conceitos de raça, racismo e ideologia que, possivelmente, atravessam a materialidade do discurso de ódio.

2.2. Haters, trolls e a web e o que diz a legislação

A internet foi recebida, sem dúvidas, como um espaço inovador. Em se tratando de tecnologia da informação, um mercado interativo de ideias, um ambiente que permite ao homem externar livremente pensamentos, opiniões, escolhas e muito do seu próprio eu. Ao mesmo tempo, se tornou um espaço livre para conteúdo ofensivo e propagação do ódio.

> A fronteira entre a liberdade de expressão e de ódio costuma ser estreita. Com efeito, a definição do que é aceitável, ou não, manifestar ou divulgar varia de um país para o outro. Na internet, um comentário de ódio postado legalmente num país pode ser considerado ilegal nos países onde os critérios sejam mais rigorosos. (MORENO, 2017, p. 100)

No Brasil, a garantia constitucional de liberdade de expressão aos brasileiros e estrangeiros residentes no país assegurada pelo artigo 5, inciso IX da Constituição Federal, é evocada inúmeras vezes para justificar o discurso de ódio[29]. No entanto, incitar publicamente a prática de crime é tipificada no artigo 286 do código penal[30]. Ao analisar os comentários de internautas, tentaremos primeiro, à luz do Direito, entender o discurso de ódio contra negros, identificando os elementos que incitam a discriminação racial, considerando também o artigo 20 da Lei 7716, de 05 de janeiro de 1989, que criminaliza a incitação à discriminação ou preconceito de raça, cor etnia, religião[31]. Adotamos, portanto, o entendimento que discurso de ódio não está, de forma alguma, amparado pelo entendimento de liberdade de expressão.

> A Liberdade de Expressão, pelo que se observa, passa então a ser tutelada com maior restrição, e o discurso de ódio, por se tratar de manifestações de pensamento com vistas a humilhar e calar grupos minoritários, passa a ser repudiado e proibido pelos ordenamentos jurídicos, como forma de garantir a expressão das minorias e o exercício da cidadania. (FREITAS-CASTRO, 2013, p. 329)

É importante ressaltar que muitos são os artigos e produções que tratam do discurso de ódio sob a ótica jurídica - menos volumosos os que dissertam sobre questões filosóficas, ideológicas ou da análise do discurso. No entanto, aqui no Brasil, temos uma produção escassa (quase inexistente, eu diria) quando fazemos o recorte racial dentro da análise do discurso de ódio. Também faremos, a partir do nosso corpus, uma análise de ofensas e xingamentos específicos dos haters quando consideramos o recorte racial deste

---

[29] In http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 30 abr. 2018

[30] In https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10602129/artigo-286-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940 Acesso em 30 abr. 2018

[31] In https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11797094/artigo-20-da-lei-n-7716-de-05-de-janeiro-de-1989 Acesso em 30 abr. 2018

trabalho. É necessário também o entendimento dos atores que provocam o ódio no ambiente da rede mundial.

> O termo hater (da palavra "ódio" em inglês) tem a sua origem da expressão popular "haters gonna hate". O sujeito que se enquadra neste grupo é conhecido popularmente como "odiador", "aquele que odeia". Entretanto, mais do que isso, para ser um hater é preciso não apenas odiar algo ou alguém, mas também desenvolver ações violentas que se concretizam em ataques supostamente gratuitos a certas pessoas (que na maior parte dos casos não parecem ter feito mal nenhum ao odiador). Eles não devem ser confundidos com os trolls, que se caracterizam por serem sujeitos que buscam desestabilizar discussões geradas em grupos sociais com a única finalidade de irritar seus participantes, de criar conflitos entre eles e, possivelmente, a ruptura de suas redes sociais. Para isso, os trolls tentam fazer com que o foco da discussão iniciada pelo grupo seja desviado e acabe trazendo agressões (sejam elas verbais ou físicas) entre os seus participantes. (REBS, 2017, p.5)

Ao longo desta pesquisa, mesmo não sendo este nosso foco, vamos evidenciar algumas características - como formas de atuação, por exemplo, destes atores nas redes sociais, no que tange o mote específico do ódio aos negros.

2.3. Teaching Tolerance e um novo caminho

Durante viagem aos Estados Unidos, em 2016, visitei muitos projetos financiados ou estimulados pelo governo norte-americano, para o combate ao ódio. Cursos para formação de policiais, dezenas de pesquisas acadêmicas, ONGs, museus de tolerância, disciplinas voltadas para crianças da educação básica e dezenas de outras iniciativas, muitas delas criadas no próprio governo Barack Obama. Um desses programas me chamou atenção e foi motivador desta pesquisa: *Teaching Tolerance*, do Estado do Alabama. Trata-se de uma plataforma com uma vasta programação de ensino e apoio aos professores para combater o discurso de ódio nas escolas. O programa existe desde 1991 para combater o aumento do ódio, e é uma das bases de atuação do projeto *Southern Poverty Law Center*, um programa ligado ao Movimento dos Direitos Civis e que possui também outras formas de atuação contra o ódio, grupos de supremacia branca e intolerância. Entre as atuações mais

importantes estão o *Fighting Hate*, com ênfase no combate ao ódio; o *Seeking Justice*, com apoio às minorias e o *Civil Rights Memorial*, com um legado histórico que inclui um museu. [32]

> Nosso projeto de tolerância combate o preconceito entre jovens de nossa nação, ao mesmo tempo em que promove a igualdade, inclusão e ambientes de aprendizagem equitativos em sala de aula. Produzimos uma série de recursos anti-viés que distribuímos gratuitamente aos educadores de todo o país – documentários, planos de aula e currículos premiados.[33]

O *Southern Poverty Law Center* destaca ainda que utiliza a definição da UNESCO sobre tolerância, definida como harmonia na diferença: "Tolerância é respeito, aceitação e valorização da rica diversidade das nossas culturas, formas de expressão e modos de vida humanos no mundo"[34].

Para alguém que acompanhava em seu país, se alastrar como erva daninha, o ódio contra as minorias, o *Teaching Tolence* parecia simplesmente sensacional. Então me dediquei a este projeto como uma forma de fomentar o que chamei de contradiscurso - que era a questão da tolerância e as bases para que ela existisse. Confesso que passei a questionar a palavra "tolerância" e os conceitos que ela carrega que passaram a ser, para mim, em uma experiência com a palavra aqui no Brasil, bem diferentes dos que acompanhei no projeto que foi motivador deste estudo. No entanto, tenho apreço por manter a possibilidade de apontar um caminho de combate ao discurso de ódio. Conheci então o "Contrato Racial", de Charles Mills, através de um encontro pessoal com a ativista e intelectual de Sueli Carneiro. Reproduzo aqui as palavras de Sueli sobre o Contrato Racial de Charles Mills:

> Toda pessoa branca, queira ou não, é beneficiária do racismo, independente da sua vontade. Mas nem toda pessoa branca é necessariamente signatária do racismo e do contrato social que ele impõe. Se nem toda pessoa branca é signatária, tá aberta a possibilidade de alianças em prol da construção de um outro tipo de sociedade em que outro tipo de contrato seja possível, em que possamos caber todos, em que possamos desfrutar das possibilidades

[32] O Southern Poverty Low Center se autodenomina líder na luta por justiça e tolerância. Foi fundado em 1971 por advogados ligados ao Movimento dos Direitos Civis e, desde então, vem atuando no combate ao ódio, à intolerância e trabalhando na busca por justiça através de formulação de políticas públicas, educação e advocacia. Disponível em: https://www.splcenter.org/ Visitado em 29/04/2019.
[33] Disponível em: https://www.splcenter.org/teaching-tolerance
[34] Disponível em: https://en.unesco.org/commemorations/toleranceday. Acesso em 29 de abril de 2019.

> coletivamente gestadas. Eu acredito nisso e convido os brancos não signatários a se engajarem nesse projeto[35].

O pensamento de Mills parece ser, para mim, a explicação e o caminho de toda esta investigação. Nos debruçamos então sobre este caminho, observando questões importantes. A principal delas: trabalhar, em uma mesma pesquisa, ideologia racista e os conceitos de dialogismo de Bakhtin, com a clareza de que, para Bakhtin, o discurso está sempre sendo atravessado por outros discursos, não como resultado de uma conjuntura, mas produzindo conjuntura.

Passaremos então, nos próximos capítulos, a analisar a prática de combate aos discursos de ódio. Como corpus, utilizaremos parte do material enviado para a página Senti na Pele (gentilmente cedido por seu administrador), que coleta relatos de discursos de ódio através da rede social Facebook. Ainda sobre a rede social Facebook, citaremos aqui parte da pesquisa "Formas Contemporâneas de Racismo e Intolerância nas Redes Sociais", do professor Luiz Valério Trintade, da Universidade de Southampton, na Inglaterra. Este estudo traça um perfil dos odiadores no Facebook, com elementos como faixa etária, gênero e também principais alvos dos discursos de ódio. Um pouco mais nossa análise de dados e a metodologia pesquisa estarão no capítulo.

[35] A frase de Sueli Carneiro encerra o filme "A Última Abolição", do qual fui pré-roteirista e entrevistadora.

3. ANÁLISE DE DADOS

Ao longo deste capítulo, passamos efetivamente a tratar dos discursos de ódio. Falaremos a seguir sobre a metodologia adotada e também sobre a página Senti na Pele, suas motivações e, finalmente, a relação da análise do discurso bakhtiniana e os discursos que compõem o nosso corpus.

3.1. Apontamentos metodológicos

Neste trabalho, é importante destacar, optamos por utilizar como corpus, os dados enviados pelo administrador da página Senti na Pele. Utilizamos todos os comentários enviados por ele, um total de treze comentários. Nosso corpus, no entanto, se limita a um total de dez destes posts, sendo os outros três explicativos sobre o trabalho da Página Senti na Pele. Em outras palavras, toda a seleção do material para a nossa análise foi feita pela página Senti na Pele e não por nós. Conforme veremos a seguir, a página Senti na Pele se encarrega especificamente de receber discursos de ódio contra negros no Facebook e evidenciá-los, como forma de combate. Para isso, recebe espontaneamente as denúncias das próprias vítimas. Por fazer este trabalho, a página também é alvo dos odiadores. Estes discursos compõem nosso corpus. É importante destacar ainda que não faremos aqui uma análise de conteúdo ou traremos uma amostra quantitativa dos discursos. Da perspectiva da análise do discurso (AD), proposta deste texto, é suficiente o material cedido. Devemos destacar ainda que os conceitos teóricos da AD aparecerão, conforme necessários, na própria análise.

Veremos a seguir que outros discursos de ódio, que não compõem o nosso corpus, também aparecem neste capítulo. Eles são parte da construção de raciocínio para entendimento da conjuntura da análise. Seguindo esta linha, tratamos, antes da análise efetiva do nosso corpus, por exemplo, dos ataques às misses vencedoras dos concursos de beleza no Brasil ou de ataques direcionados ao próprio administrador da página Senti na Pele. Passemos à contextualização dos dados.

3.2. Senti na Pele: uma experiência de combate ao ódio racial

A história da página do Facebook "Senti na Pele" começa bem antes do ano da sua criação, em outubro de 2015. O início da página remete à infância de seu administrador, Ernesto Theodoro de Morais Junior, conhecido como Ernesto Xavier, um jovem de classe média que utiliza o sobrenome da avó, a atriz Xica Xavier, uma das primeiras atrizes negras a pisar no palco do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, na peça Orfeu da Conceição, em 1956[36]. Ernesto vem de uma família com "uma consciência racial muito forte", como ele próprio define. Sua mãe é engenheira química e ostenta o título de primeira mulher negra doutora em vigilância sanitária do Brasil. Seu pai, administrador de empresas e advogado. Tem o próprio escritório. Ambos são classificados como negros por Ernesto, que ressalta que o pai "tem pele clara e muitas pessoas o tem como branco". A condição social e econômica de Ernesto não impediu que ele conhecesse o racismo aos dez anos de idade, como vemos nos relatos seguintes concedidos por entrevista à esta pesquisa:

> Meu pai era vice-presidente de um clube em Sepetiba. Tinha uma festa de criança em um dos salões. Eu estava brincando e passei por um dos salões e uma senhora me chamou e achou que eu fosse menino de rua. Ela me deu comida para distribuir para meus amiguinhos na rua. Por mais que eu estivesse com a melhor das intenções, ela me via como um menino que não tinha família e não como o filho do vice-presidente do clube.

Vinte anos depois, entrava no ar a página Senti na Pele. Era resultado de novas experiências com racismo, só que agora, na idade adulta.

> Surgiu depois que eu sofri um ataque muito grande de usuários do Facebook. Não de perfis falsos, mas de perfis verdadeiros. Surgiu

[36] A peça Orfeu Da Conceição foi uma das muitas montagens realizadas pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), cujo elenco tinha participação do próprio Abdias Nascimento. A peça ficou marcada também por ter a cenografia de Oscar Niemeyer, o texto de Vinícius de Moraes e a música de Tom Jobim. Foi a primeira parceria entre os dois.
http://www.itaucultural.org.br/ocupacao/abdias-nascimento/o-teatro-dentro-de-mim/?content_link=5
Visitado em 18 de março de 2019.

> depois que eu escrevi um post sobre os casos de arrastões que estavam acontecendo no Rio de Janeiro, em setembro de 2015, envolvendo as questões das mudanças dos transportes públicos no Rio, as arbitrariedades da polícia militar sobre as pessoas que vinham da zona norte para a zona sul, à praia. E do medo constante das pessoas negras de morrer.

Em seu perfil pessoal do Facebook, Ernesto escreveu em 24 de setembro de 2015, o seguinte texto acompanhado de uma foto:

> Sou negro. Neste momento estou trajando bermuda de praia e camiseta. Estou em Copacabana. Vou correr na areia da praia. Não levarei dinheiro, nem documentos. Segundo a lógica carioca posso ser preso, levarei um tiro ao correr ou vou apanhar de um justiceiro. Para você que acha que me faço de vítima: essa é a minha realidade. Enquanto você tem medo de ir à praia e perder seu Iphone, eu tenho receio de morrer. Não é justo pra ninguém, correto? Só que durante TODA a vida fui "confundido" com bandido apenas por ser negro. Meu mundo é assim. A toda hora ter que provar que sou honesto. Caso eu morra não terão protestos nas redes sociais, nas ruas, na mídia. Serei mais um preto. Lamentarão a família e os amigos. E você? Tem medo de que?



Figura 2 – Foto postada por Ernesto
Fonte: Página Senti na Pele

O episódio foi o primeiro contato de Ernesto com o discurso de ódio em redes sociais. A Página “Senti na Pele” entrava no ar precisamente um mês depois,

um projeto com o objetivo de lutar contra o racismo, incentivando as pessoas a denunciarem os atos de preconceito contra elas através da hashtag #sentinapele. “Em dezembro teve um depoimento que viralizou mesmo. Aí foi o estouro, o boom da página, a partir deste depoimento do Leonardo, que foi para jornal, para tudo”. O depoimento em questão, enviado para a página Senti na Pele em 28 de dezembro de 2015, é uma crítica contundente de um estudante de psicologia que se apresenta como “Leo”, de 30 anos, à atuação da polícia nas favelas do Rio. “Na favela que eu moro, ao voltar da faculdade um policial me abordou, abriu a mochila, pegou meu caderno, passou o olho e fez a seguinte pergunta: ´Tá fazendo faculdade pra ter direito a cela especial?”. No mesmo post, Ernesto enfatiza que a denúncia não é “um caso isolado”, e joga ali um segundo relato do mesmo internauta: “Há algumas semanas fui abordado 3 vezes em menos de meia hora. Na terceira abordagem, questionei dizendo que havia sido abordado duas vezes nos últimos 20 minutos e que aquela abordagem era a terceira... A resposta do policial foi: ‘eu tenho culpa se você é um cidadão padrão para revista´.”

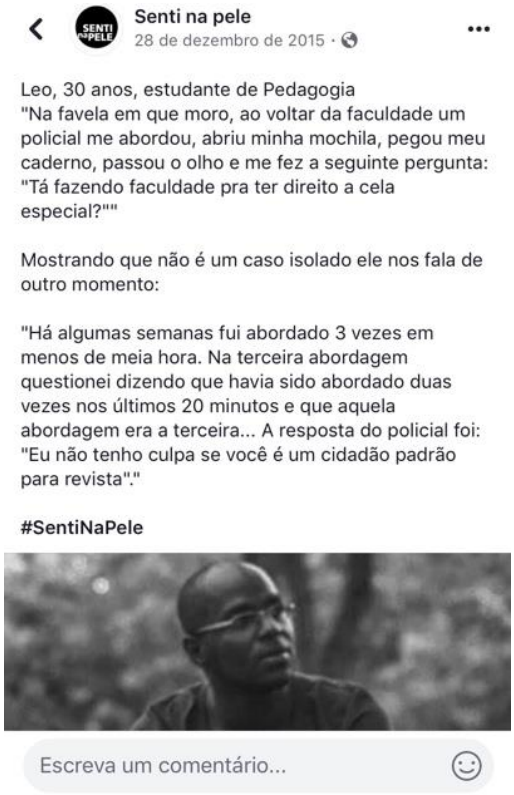


Figura 3 – Foto postada por Ernesto
Fonte: Página Senti na Pele

O post atingiu a marca de dezoito mil compartilhamentos, mais de três mil e quinhentos comentários e mais de vinte mil reações, a maior parte, curtidas[37]. Foram dezenas de comentários de ódio. "A intenção da página era essa: colocar histórias, fazer um arquivo das histórias de racismo no Brasil e mostrar para o maior número de pessoas e mostrar que isso que não é mimimi. Não é vitimismo[38]. São histórias comuns nas nossas vidas, constantes, que se repetiam."

Para entender melhor o contexto dos comentários de ódio especificamente no Facebook, contaremos com a ajuda do estudo "Formas Contemporâneas de Racismo e Intolerância nas Redes Sociais"[39], desenvolvido pelo professor Luiz Valério Trindade, da Universidade de Southampton, na Inglaterra. Luiz Valério destaca, na apresentação da pesquisa, que o "Facebook tem se tornado uma espécie de pelourinho moderno para a prática de racismo, diferentes formas de discriminação e atos de intolerância." O estudo tem uma grande preocupação com os jovens, que, no Brasil, são 11,1 milhões de usuários na faixa etária de 13 a 17 anos. Ainda sobre as características dos odiadores, o professor chama atenção para a questão de gênero[40]: 65,5% deles são homens com pouco mais de 20 anos. Enquanto as vítimas são, em 81% dos casos, mulheres negras, com ensino superior completo e na faixa

---

[37] Em 17 de março de 2019, o post tinha alcançado 3.509 comentários, 18.205 compartilhamentos e 21,7 mil reações, sendo 21,3 mil curtidas, 237 reações de tristeza, 181 de raiva e uma de surpresa. https://www.facebook.com/sentinapele/photos/a.730321680438122/747430665393890?type=3&sfns=mo Visitado em 17/03/2019.

[38] Utilizaremos aqui a explicação de Douglas Rodrigues Barros, em Negro Belchior: "Ao lutar pelos direitos e pela extinção das ações racistas, misóginas e homofóbicas, seus protagonistas não se colocam como vítimas, mas como atores políticos capazes de questionar o rotineiro e comum.
Crer que alguém que lê Simone de Beauvoir seja vitimista não é só ingenuidade, é tremenda má-fé. Pois, segundo o existencialismo somos os únicos responsáveis pelas escolhas que fazemos, já que não há natureza humana que condicione nossas escolhas individuais. Assim, não há de ser diferente daquele que se constrói, isto é, não há um indivíduo que não seja aquilo que faz de si mesmo.
Por isso, a luta por direitos é inerente à consciência das nossas próprias escolhas, tendo em vista que se problematiza essas mesmas escolhas, por exemplo; quando uma mulher de cabelo crespo decide alisá-lo, o que tal atitude implica? Isso significa uma tomada de consciência em que pesa as ações condicionadas por um padrão imposto de fora." Disponível em: https://www.geledes.org.br/quatro-teses-contra-a-acusacao-de-vitimismo-de-negros-mulheres-e-lgbt/ Visitado em 18/03/2019.

[39] Luiz Valério de Paula Trindade é Doutor em Sociologia pela *University of Southampton* (Inglaterra), Mestre em Administração de Empresas pela Universidade Nove de Julho (São Paulo, 2008) e com cursos de extensão universitária conduzidos em Portugal (2015), na Universidade de Harvard nos EUA (2013) e no Canadá (2006 e 2011). Sua pesquisa ainda está em andamento, por isso, o pesquisador colaborou conosco com dados preliminares ainda não publicados.

[40] Entendemos que a questão de gênero é extremamente relevante para este contexto, no entanto não é o foco do nosso trabalho. Para futuras pesquisas, pretendemos incluir o recorte de gênero nas análises do discurso de ódio nas redes sociais, tal como identificado pelo professor Luiz Valério.

etária de 20 a 35 anos. Como ilustração da pesquisa do professor Luiz Valério, utilizamos aqui o exemplo do concurso de Miss Brasil 2017.

Em agosto de 2017, Monalysa Alcântara venceu o concurso Miss Brasil e se tornou a terceira negra a ganhar o título na história do país. No ano anterior, a paranaense Raíssa Santana tinha quebrado um jejum de 30 anos sem uma representante negra brasileira no Miss Universo – Deise Nunes foi a primeira negra a vencer o concurso, em 1986. As duas últimas misses, após vencerem, foram vítimas do ódio racial na internet. Consideramos os comentários de internautas exibidos na reportagem **"Cara de empregada. Não era pra tá aí: Negra, Miss Brasil sofre ofensas"**, publicada no Portal Geledés, tradicional meio de discussões étnico-raciais no Brasil, buscando entender a presença do discurso hegemônico, da ideologia e da conjuntura histórica brasileiras.



Figura 4 – Foto de capa da reportagem
Fonte: Reportagem do Portal Geledés



Figura 5 – Foto ilustrativa da reportagem
Fonte: Reportagem Geledés

Criado em 1954, o Miss Brasil se auto intitula o "maior concurso de beleza do país" e promete "revelar a mulher mais bonita do Brasil". É importante também frisar que a inferiorização do negro no Brasil através da estética é parte ideológica e, diria, pedagógica no projeto de sobreposição de um grupo sobre o outro para manutenção de privilégios econômicos. Em outras palavras, seria impossível que qualquer concurso de beleza no Brasil, norteado pela estética da branquitude, não levantasse polêmicas. Como veremos, o racismo estrutural que perpassa todas as instâncias brasileiras integra também o Miss Brasil.

Na primeira edição do concurso, a baiana Martha Rocha foi a escolhida para representar o Brasil no Miss Universo, o concurso que, por sua vez, promete eleger a mulher mais bonita do mundo. Em 1986, a gaúcha Deise Nunes se tornou a primeira negra a ser coroada Miss Brasil. Em 2016, portanto, 30 anos depois, coube à outra negra, a paranaense Raíssa Santana, a missão de representar o Brasil no Miss Universo. E em agosto de 2017, Monalysa Alcântara venceu o concurso. Todas as candidatas pontuam através de critérios que vão de medidas do corpo, até o número de aparições na mídia. Nenhum deles, evidentemente, se refere à cor da pele. Uma pergunta paira no ar: como explicar o fato de termos apenas três misses negras em nossa história?



Figura 6 – Foto ilustrativa da reportagem
Fonte: Reportagem Geledés

Dizer que a Miss Brasil tem “cara de empregada” revela muito do racismo estrutural e do pensamento hegemônico brasileiro. Entendemos aqui, como nos ensina Clóvis Moura, o racismo como uma “ideologia de dominação” e a hegemonia, como “um 'momento' historicamente muito específico e temporário da vida de uma sociedade” e que “não é exercida nos campos econômicos e administrativos apenas, mas engloba os domínios críticos da liderança cultural, moral, ética e intelectual”. (MOURA, 1994, p.296)

Na estrutura econômica brasileira, onde a mobilidade social costuma ser extremamente lenta, a cor preta sempre tingiu a base da pirâmide. É, talvez, o desenho mais nítido do racismo brasileiro, ainda que não consideremos a raça como classe. Tomemos como exemplo o comentário que deu título à reportagem que estamos analisando. O enunciado "Cara de empregada, não era pra tá aí" nos revela muito da relação raça e classe no Brasil.

O racismo, enquanto ideologia, está entranhada em todos os setores da estrutura brasileira. A estética está entre as manifestações mais claras da ideologia racista, bem como é uma das maiores bandeiras de luta de libertação.

> O racismo adquire tanta vitalidade e se desenvolve com tanta agressividade: ele não é uma conclusão tirada de dados da ciência, de acordo com pesquisas de laboratório que comprovem a superioridade de um grupo étnico sobre o outro, mas uma ideologia deliberadamente montada para justificar a expansão dos grupos de ações dominadoras sobre aquelas áreas por eles dominadas ou a dominar. (MOURA, 1994, P.1)

Entendemos, portanto, que este caso aparentemente isolado de discurso de ódio racial publicado por espectadores nos revela muito mais da estrutura do pensamento brasileiro. Como nos ensina Gramsci, as ideias "não nascem espontaneamente em cada cérebro individual". (HALL, 2006, p. 307). O que se revela aqui é a eterna luta pela manutenção de privilégios onde determinado grupo está munido de “armas discursivas” para impedir que o “submisso” avance.

Seguindo este raciocínio, podemos ressaltar que no estudo “Formas Contemporâneas de Racismo e Intolerância nas Redes Sociais”, Luiz Valério identifica “oito categorias de eventos” ligadas às publicações de posts racistas contra mulheres negras no Facebook:

- Expressar discordância com algum post ou comentário anterior de cunho negativo contra negros;
- Evidência de engajamento com profissões consideradas mais ‘nobres’ e de prestígio (por exemplo: medicina, jornalismo, direito, engenharia etc.);
- Relacionamento interracial;
- Exercer posição de liderança ou bem-sucedida em programa de televisão ou até mesmo como convidada de honra;
- Desfrutar de viagens de férias no exterior (sobretudo em países localizados no Hemisfério Norte);
- Utilizar e/ou enaltecer a adoção de cabelo cacheado natural estilo afro;
- Vencer concurso de beleza; e
- Rejeitar proposta de relacionamento afetivo;

Uma observação mais minuciosa, sob uma lente socioeconômica, de cada uma das oito categorias listadas pelo estudo do professor Luiz Valério, chama-nos atenção aqui para a ligação entre o discurso de ódio e a mobilidade socioeconômica da vítima deste discurso. Não podemos deixar de destacar aqui a constante tensão raça x classe para quem estuda a questão étnico-racial no Brasil. Exercer "profissões de prestígio", "posições de liderança", fazer "viagens ao exterior" ou mesmo "vencer um concurso de beleza" é sair, definitivamente, do lugar que lhe é reservado dentro da estrutura social racista brasileira: o lugar da subalternidade. É algo quase imperdoável. Veremos nos tópicos seguintes o quanto esta tensão se faz presente na composição do discurso de ódio.

3.3. Discursos de ódio contra negros no Brasil

Um desejo desta pesquisadora sempre foi que este material tivesse uma utilidade prática no combate ao discurso de ódio. No momento em que terminávamos as análises desta pesquisa, o Brasil vinha enfrentando um aumento sistemático do discurso de ódio nas redes. No dia 13 de março de 2019, dois jovens, com idades de 17 e 25 anos, invadiram uma escola no município de Suzano, em São Paulo, mataram 8 pessoas e feriram outras 11, antes de tirarem as próprias vidas. Uma semana depois do ataque, o jornal Correio Brasiliense trouxe a seguinte manchete: "quem é o brasiliense responsável pelo site que inspirou ataque em Suzano[41]". A reportagem detalha como o homem branco, de classe média alta, 33 anos, que odeia negros, mulheres, LGBTs, nordestinos e esquerdistas, teria inspirado e alimentado, através da rede mundial, os autores do massacre da escola de Realengo, no Rio, em 2011 e de Suzano, em 2019. Vale ressaltar ainda que chamou atenção da mídia no caso de Suzano foi um dos feridos, um menino negro, com um machado cravado no tórax, caminhar por quatrocentos metros pedindo ajuda sem que fosse socorrido. Entre os mortos e feridos, aliás, muitos negros. Nas redes sociais, os perfis de um dos atiradores passaram a receber centenas de novos seguidores, muitos adolescentes

[41]https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/03/17/interna_cidadesdf,743470/quem-e-o-brasiliense-do-site-que-inspirou-ataque-em-suzano.shtml visitado em 23 de março de 2019.

entre 12 e 16 anos. O massacre foi comemorado na chamada *deep web*[42], um catalisador de crimes de ódio[43].

Antes de começar efetivamente o estudo, combater o discurso de ódio aparecia como um conjunto de ferramentas, metodologias ou até mesmo formas de denúncias ou qualquer outra possibilidade de interferência em algo que parecia um problema pontual. Dito de outra forma, o discurso de ódio aparecia inicialmente como resultado de uma ideologia e o objetivo geral era entender os códigos e signos para tentar combatê-lo. Dentre estes signos, a palavra aparecia como um elemento central no processo de construção desse discurso.

> *A palavra é o fenômeno ideológico por excelência* [grifo do autor]. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social. (BAKHTIN, 2004, p. 36)

Ao chegarmos aqui, nesta etapa, especialmente entendendo que o discurso é fruto de uma conjuntura, mas, principalmente, desempenha uma função de intervenção na realidade e na produção de subjetividades (ROCHA, 2006), percebemos que o combate ao discurso de ódio tem uma dimensão fundamental na sociedade, visto que ele não só é resultado de uma sociedade excludente como também contribui para esta exclusão. "O discurso não pode simplesmente representá-lo porque ele não está distanciado do mundo, ou seja, ele também participa desse mundo" (ROCHA, 2014, p. 624).

---

[42] Graças à internet e sua grande estrutura, o mundo está cada vez mais conectado. A "Surface Web" é a parte de maior uso do mundo virtual, conhecida também como "World Wide Web", o famoso "www" no início dos sites que usamos.
Porém, esta é apenas uma parcela superficial desse universo. Como primeiro passo, imagine um iceberg. A ponta, correspondente a web indexada, é a "Surface Web". Já do lado imerso, está a "Deep Web". Para navegar nessa área da rede, é preciso utilizar o TOR, The Onion Ring.
O browser recebe o nome por conta dos anéis de cebola, para ilustrar as várias camadas, com diferentes criptografias, que o usuário tem acesso. Essa parte não é acessada livremente, pois não estão indexados, como sites fechados e informações confidenciais. Além desses endereços, está a "Dark Web" – e é nessa parte do iceberg que está o problema.
A "Dark Web" é uma porção pequena da enorme "Deep Web" e grande parte de suas páginas tem um foco: ações criminosas. Os conteúdos censurados, salas de conversa e vendas ilícitas são exemplos que impulsionam a violência por esse mundo virtual.

[43] https://epoca.globo.com/apos-massacre-em-suzano-odio-prospera-nas-grandes-redes-sociais-23542813 visitado em 23 de março de 2019

Ao longo deste capítulo, vamos nos debruçar sobre a importância da palavra enquanto signo ideológico, incapaz de ser dissociada desta estrutura social. Para Bakhtin (2004, p. 14), "a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema: comunidade semiótica e classe social não se recobrem." O filósofo da linguagem ainda afirma que:

> Todo signo é ideológico. Os sistemas semióticos servem para exprimir a ideologia e são, portanto, modelados por ela. A palavra é o signo ideológico por excelência; ela registra as menores variações das relações sociais, mas isso não vale somente para os sistemas ideológicos constituídos, já que a "ideologia do cotidiano', que se exprime na vida corrente, é o cadinho onde se formam e se renovam as ideologias constituídas." (BAKHTIN, 2004, p. 16)

A metodologia qualitativa desenvolvida na presente pesquisa visando atender aos objetivos de análise e compreensão do nosso corpus aqui exposto orienta-se por um viés discursivo proposto pela análise do discurso (AD) de base enunciativa:

> A opção pelo olhar da análise do discurso enunciativa (AD) aponta para um modo de apreensão da linguagem cujo objetivo seria "situar os discursos que circulam em dadas formações sociais e relacioná-los a suas condições de produção (Daher, 2009) vinculadas a um modo de conceber a língua em seu funcionamento. Ou seja, é por meio da circulação de discurso e da ação de sujeitos que se compreende a língua, sendo a construção de sentidos, inevitavelmente, perpassada por processos linguísticos e ideológicos por meio dos quais se sabe o que pode e não pode, deve ou não deve ser dito em cada situação. (GIORGI, BIAR, BORGES, 2015, p. 205)

É importante ressaltar também que, por vezes, nossa leitura se aproxima da escola inglesa da análise crítica do discurso (ACD), quando enfatiza a relação existente entre a "linguagem e a ação política" e, com base em Wodak para quem as "relações de dominação, discriminação, poder e controle [são] materializadas por meio da linguagem" (GIORGI, BIAR, BORGES, 2015, p. 207). Desse modo, também dialogamos com Bakhtin, por entendermos que

> Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como

> movimento do corpo ou como uma outra coisa qualquer. (BAKHTIN, 2014, 33)

Ao longo deste projeto, trabalhamos com o conceito de discurso de ódio contra negros; com a base ideológica de fomento deste discurso na sociedade; com os números e denúncias gerais feitas por telefone à ouvidoria da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), atualmente ligada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos[44]; em se tratando das denúncias feitas no ambiente virtual, trabalhamos com a base de dados e pesquisa da ONG Safernet; especificamente no Facebook, nossa referência quantitativa é a pesquisa de Southamptom.[45]. Passaremos então a comentá-los dentro desta proposta. Deste momento em diante analisaremos um total de dez posts, todos enviados pelo administrador da página Senti na Pele. Como já dissemos anteriormente, não fizemos qualquer pré-seleção. Os posts serão analisados também na ordem sugerida em entrevista com Ernesto Xavier.

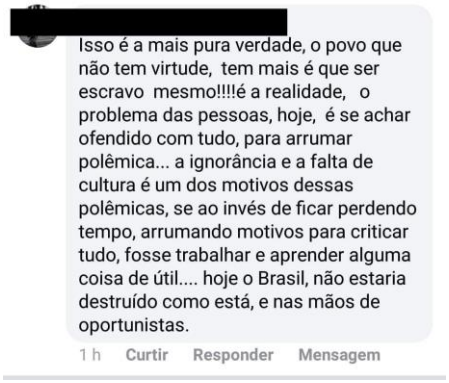


Figura 7 – Foto cedida por Ernesto Xavier
Fonte: Página Senti na Pele

[44] Importante ressaltar que, quando tentamos acessar novamente os números utilizados no início desta pesquisa, disponíveis na página do Ministério, aparece a seguinte mensagem: "Desculpe, mas esta página não existe... Pedimos desculpas pelo inconveniente, mas a página que você estava tentado acessar não existe neste endereço." http://www.mdh.gov.br/ouvidoria
Visitado em 30/03/2019

[45] A pesquisa citada aqui é parte do doutorado de Luiz Valério, iniciado em 2014. Brasil, em 2016, ele analisou 109 páginas do Facebook, 16 mil perfis e 224 artigos de jornais. Disponível em: https://www.revistaforum.com.br/mulheres-negras-sao-as-principais-vitimas-de-disdes-sociais-aponta-sociologo/ visitado em 04/2019.



Figura 8 – Foto cedida por Ernesto Xavier
Fonte: Página Senti na Pele

As duas mensagens acima (figuras 7 e 8) são uma resposta ao post de Ernesto Xavier (figura 2), "falando sobre o medo do jovem negro de morrer". Tomemos as duas como nosso ponto de partida para a análise discursiva. Passaremos a considerar aqui o conceito de dialogismo de Bakhtin para quem

> Todos os enunciados no processo de comunicação, independentemente de sua dimensão, são dialógicos. Neles, existe uma dialogização interna da palavra, que é perpassada sempre pela palavra do outro, é sempre e inevitavelmente também a palavra do outro. Isso quer dizer que o enunciador, para constituir um discurso, leva em conta o discurso de outrem, que está presente no seu. Por isso, todo discurso é inevitavelmente ocupado, atravessado pelo discurso alheio. O dialogismo são as relações de sentido que se estabelecem em dois enunciados." (FIORIN, 2016, p. 19)

Na segunda sentença exposta, por exemplo (figura 8) - "deixa de mimimimimini crioulo", em uma frase curta, podemos dizer que fica explícito o dialogismo. Passemos a esta reflexão. A expressão "mimimi"[46] é recorrentemente utilizada contra pessoas que questionam e classificam declarações ou práticas como racistas, misógenas ou homofóbicas, de maneira geral. Ainda na frase referida, percebemos que o autor "enfatiza" o termo "mimimi" quase praticamente duplicando a palavra. Vemos ainda que o autor utiliza o termo "crioulo", que possui algumas significações diferentes ao longo da história no Brasil[47], mas que,

[46] A expressão "mi mi mi" surgiu na televisão, nos anos 2000. Era parte do desenho animado "Fudêncio e seus amigos", da MTV Brasil. Era utilizada pelo protagonista "Fudêncio" para provocar um dos personagens, Conrado, que estava sempre reclamando e irritado. Nas redes sociais, como vemos, é uma expressão recorrente e utilizada para desqualificar qualquer manifestação de ideias, especialmente lutas de minorias. https://www.revistaforum.com.br/criadores-do-mimimi-criticam-mau-uso-do-termo/ Visitado em 30/04/2019.

[47] "De origem portuguesa, o termo crioulo surgiu na época colonial para fazer referência às pessoas que, embora descendentes de europeus, nasceram em países originárias da colonização europeia.
Também se chamava crioulos aos negros nascidos no território americano (nomeadamente, no Brasil). O termo, neste caso, era usado para diferenciar esses cidadãos americanos de raça negra daqueles que tinham chegado da África na qualidade de escravos.
A noção de crioulo, actualmente, permite referir-se àquilo que provém de países em que houve escravatura negra, ou ainda ao dialecto que resulta da evolução de uma língua de contacto entre os colonizadores e os povos autóctones.

certamente, tem uma conotação depreciativa em nosso país. Desse modo, notamos no enunciado o que Bakhtin chama de duas vozes.

> Todo enunciado é dialógico. Portanto, o dialogismo é o modo de funcionamento real da linguagem, é o princípio constitutivo do enunciado. Portanto, nele ouvem-se sempre, ao menos duas vozes. Mesmo que elas não se manifestem no fio do discurso, estão aí presentes. Um enunciado é sempre heterogêneo, pois ele revela duas posições, a sua e aquela em oposição à qual se constrói. Ele exibe seu direito e seu avesso. Por exemplo, quando se afirma "Negros e brancos têm a mesma capacidade intelectual, esse enunciado só faz sentido quando ele se constitui em contraposição a um enunciado racista, que preconiza a superioridade intelectual dos brancos em relação a outras etnias. Essa declaração deixar ver seu direito, a afirmação da igualdade intelectual de brancos e negros, e seu avesso, a superioridade intelectual dos brancos. Numa sociedade em que não houvesse racismo, não faria sentido, por ser absolutamente desnecessária, a asseveração de igualdade acima mencionada." (FIORIN, 2016, p. 24)

O "direito" e o "avesso", as "duas vozes", ou as "duas posições", como afirma Fiorin, deixam bem evidentes também a tentativa de mostrar que, ainda em relação ao comentário da figura 8, ao classificar um grupo como o que "reclama", existe, em contrapartida, um outro grupo que "não reclama", positivamente falando. É como se a construção discursiva apontasse que existe um grupo com capacidade de resiliência suficiente para não "se sentir ofendido com tudo", como no comentário da figura 7. Vemos aqui que o discurso que constrói uma inferiorização do negro, constrói uma superioridade do branco, em contrapartida.

No comentário anterior (figura 7), as expressões "povo que não tem virtude", "tem mais é que ser escravo mesmo", "ignorância e falta de cultura", se "fosse

---

Para a linguística, o crioulo é a língua natural resultante da mistura da língua autóctone com uma outra língua e que passa a ser língua materna. Existem diversos crioulos, nomeadamente o crioulo de base lexical portuguesa, isto é, aqueles que resultam do contacto linguístico entre falantes portugueses e falantes de línguas não europeias, durante a época dos Descobrimentos. Aliás, chama-se crioulo ao dialecto falado em Cabo Verde. Por tratar-se da língua que tem recebido maior atenção por parte de linguistas, escritores e artistas, o crioulo cabo-verdiano encontra-se mais sistematizado e estudado para além de constituir um património cultural, que define a identidade do povo cabo-verdiano.
Existem línguas crioulas de plantação (como o crioulo francês do Haiti, o papiamentu, o crioulo inglês da Jamaica e os crioulos portugueses de Cabo Verde, de São Tomé e Príncipe e da Guiné Bissau) e línguas crioulas de fortaleza (como o crioulo sino-português de Macau, o crioulo indo-português de Goa e de Damão e o crioulo de Timor Leste, entre outros já extintos).
Por fim, o cavalo crioulo é uma raça equina que se cria na América do Sul e que descende do cavalo andaluz trazido para aquele continente pelos conquistadores espanhóis." https://conceito.de/crioulo. Visitado em 30/03/2019.

trabalhar e fazer alguma coisa útil" revelam a clara presença e consequência da ideologia racista em que um grupo aparece como inferior. Para Bakhtin, "a palavra veicula, de maneira privilegiada, a ideologia; a ideologia é uma superestrutura, as transformações sociais da base refletem-se na ideologia e, portanto, na língua que as veicula." Neste sentido, ainda segundo o autor, "a palavra serve como um 'indicador' de mudanças", ou seja, nossa atenção a tais discursos deveria ser mais intensa visto que estes mesmos discursos se encarregam de produzir uma conjuntura (BAKHTIN, 2014, p. 17). De qual conjuntura estamos falando? Da mesma tratada no parágrafo anterior que veicula a imagem da pessoa preta àquela cujos valores são negativos para sociedade enquanto os brancos, em contrapartida, passam a desfrutar dos considerados valores positivos.

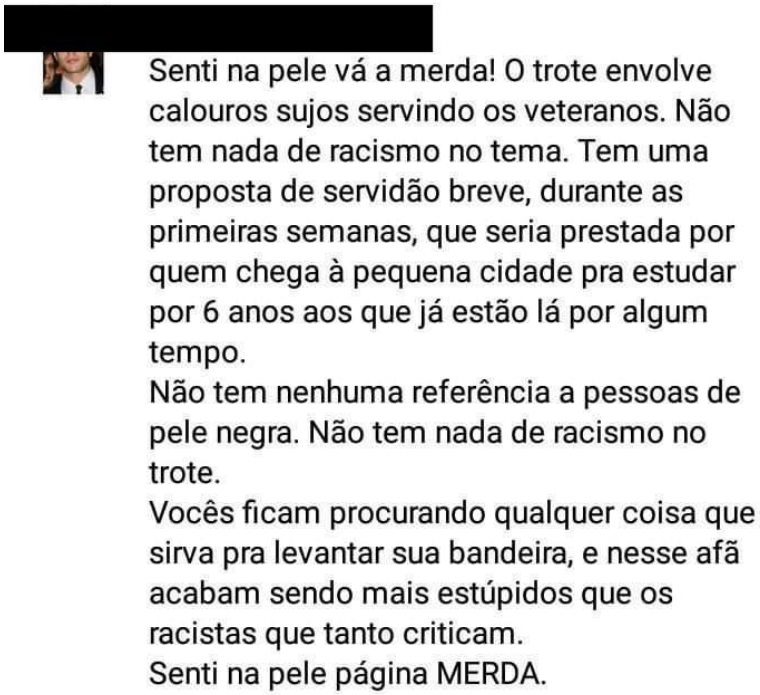


Figura 9 – Foto cedida por Ernesto Xavier
Fonte: Página Senti na Pele

O comentário acima é um dos quase mil e quinhentos feitos em um post da página Senti na Pele que criticava a relação entre blackface e servidão, em uma escola de medicina em 21 de dezembro de 2016. O comentário de ódio mistura xingamentos e defesa de "uma proposta de servidão breve" sem explicar por que a

pele precisa estar mais escura, quase preta, que ele chama de “calouros sujos”, contrastando com a imagem que veremos a seguir. Colocaremos aqui o texto e imagem originais da página Senti na Pele para que possamos entender o contexto.[48].

ESCRAVOS DA IGNORÂNCIA

Faculdade de medicina de Valença. Candidatos que estudaram em escolas caras, fizeram cursinho, que tiveram apoio familiar para se dedicarem a algo tão difícil. Noites em claro decorando fórmulas, escrevendo redações, tentando compreender a realidade socio-econômica mundial, mitocôndrias, sistema digestório, vetores, logaritmo.

Após 15 anos estudando, conseguem ingressar na universidade de medicina.

Quase todos brancos. Talvez todos.

Quase todos de classe média alta. Talvez todos.

Nenhum passou necessidade.

Nenhum entendeu as aulas de história. Melhor, nenhuma aula de história foi feita para ensinar o que aconteceu com os negros no Brasil. É como se este período, que fez com que agora não tivessem negros cursando medicina em Valença, não tivesse existido.

O sistema de ensino, aliás, a sociedade como um todo, trata a escravidão e a cultura negra como algo irrelevante. É "normal" fazer piada. É só uma piada, não é mesmo? NÃO. Não é engraçado.

Nas placas dos alunos que passaram pelo trote lê-se: "Pronto para servir meus veteranos da Med Avalon".

Rostos pintados de preto.

O preto, escravizado, SERVE.

O preto, subalterno, se curva ao seu superior para servi-lo.

Alunos de medicina.

Pessoas tratadas como o que há de melhor no país.

Estes são os médicos que vão cuidar da população negra e pobre nas periferias?

Ou serão os médicos que cobrarão o olho da cara para uma consulta de 10 minutos?

Que formação humana tem essas pessoas? Que sensibilidade possuem para tratar de vidas?

É divertido fazer chacota do sofrimento alheio?

380 anos de escravidão. Apenas 126 anos desde a abolição. Seguimos sendo considerados inferiores.

Não querem nos libertar.

[48] https://www.facebook.com/730279360442354/posts/941451542658467?sfns=mo

Visitado em 30/03/2019

> Quase não estamos nas faculdades de medicina. Raras exceções levam negros às cadeiras das escolas de medicina, engenharia...
>
> Enquanto os racistas estiverem presos a suas ignorâncias, estaremos fadados a lutar.
>
> #SentiNaPele #RacistasNãoPassarão

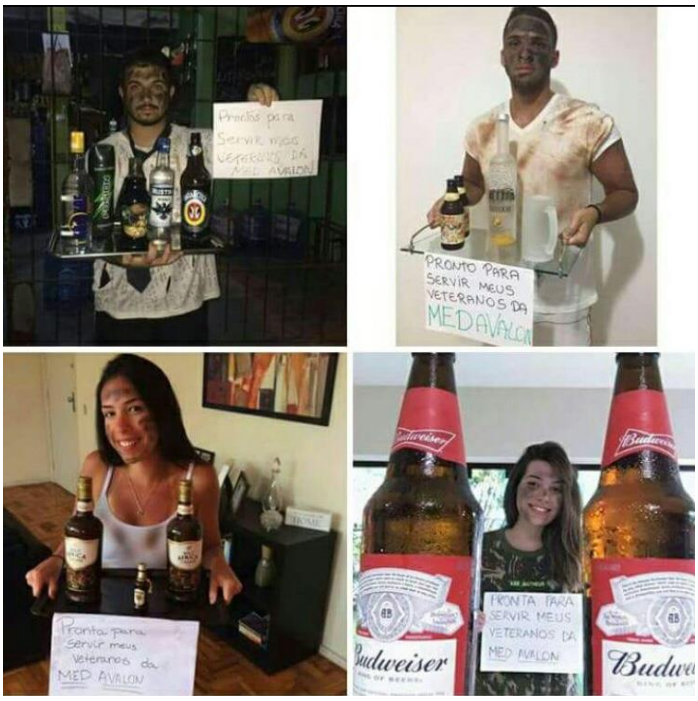


Figura 10 – Foto cedida por Ernesto Xavier
Fonte: Página Senti na Pele

O post acima (figura 10), que causou tanta polêmica e comentários como os das figuras 9 e 11, foi uma denúncia de racismo enviada para a página Senti na Pele. O próprio administrador, Ernesto Xavier, fez o post e explica como recebeu a denúncia:

> Foi a denúncia de uma amiga minha que é professora de uma faculdade no interior do estado do Rio. Ela falou, 'não posso aparecer mas está acontecendo um caso de racismo grave aqui na universidade em que fizeram um trote em que as pessoas se colocam como servis e pintam o rosto de preto, fazendo menção a escravos, a servidão'... Aí eu peguei as imagens, fiz a denúncia e isso estourou, foi para a imprensa e tudo mais. Aí os alunos, demonstrando como as questões são realmente de cunho racial, vinham atacar. Eles se uniram e vieram atacar a página."

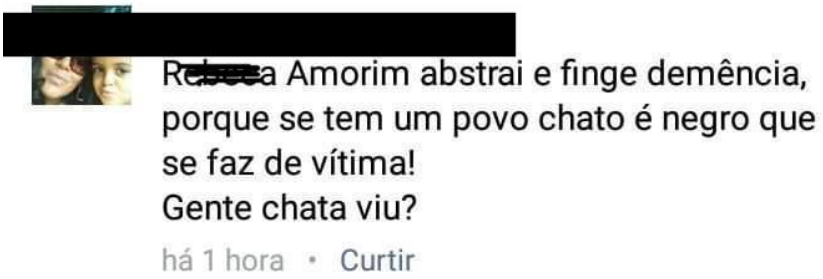


Figura 11 – Foto cedida por Ernesto Xavier
Fonte: Página Senti na Pele

O comentário da figura 11 também é uma resposta ao post sobre o trote dos alunos de medicina, mas poderia ser analisado separadamente, e mostra o quanto o conceito de raça é utilizado convenientemente no Brasil. Ora somos uma democracia racial, não importando a cor da pele ou origem, um mito que é evocado muitas vezes em relação à adoção de políticas públicas reparatórias. Em outras palavras, quando o tema é política pública para equidade, costuma-se evocar a democracia racial para inviabilizar tais medidas. Ora admite-se a existência de um outro "povo", um grupo que, neste caso, aparece inferiorizado. A ideia de superioridade de um grupo que não é o "povo chato", capaz de fingir "demência", contrapõe-se a outro povo, que "se faz de vítima". Análise semelhante a encontrada pela psicóloga Lia Vainer Schucman, em sua tese de doutorado "Entre o 'encardido', o 'branco' e o 'branquíssimo': Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana" em que pesquisa a ideia de raça entre sujeitos brancos na cidade de São Paulo:

> Nosso intuito era compreender a heteregeneidade da branquitude nesta cidade. As análises demonstram que há por parte destes sujeitos a insistência em discursos biológicos e culturais hierárquicos do branco sob outras construções racializadas, e, portanto, o racismo ainda faz parte de um dos traços unificadores da identidade racial branca paulistana. Percebemos também que os significados construídos sobre a branquitude exercem poder sobre o próprio grupo de indivíduos brancos, marcando diferenças e hierarquias internas. Assim, a branquitude é deslocada dentro das diferenças de origem, regionalidade, gênero, fenótipo e classe, o que demonstra que a categoria branco é uma questão internamente controversa e que alguns tipos de branquitude são marcadores de hierarquias da própria categoria. (SCHUCMAN, 2012, pág. 7)

A análise de Lia Vainer Schucman nos indica, assim, que o recurso à ideia de um "povo chato", a população negra, mostra uma identificação entre brancos, que ela define quando afirma que "o racismo ainda faz parte de um dos traços unificadores da identidade racial branca". Por mais controverso que possa parecer, percebemos uma espécie de cumplicidade de grupo através do comentário racista por parte da autora do comentário em questão, na figura 11.

"Se faz de vítima" é uma expressão que merece nossa atenção especial. Ao longo deste trabalho, a ideia de vitimização por parte dos negros aparece com frequência no discurso dos odiadores, através de expressões semelhantes, como "vitimismo" ou "coitadismo", ou expressões que carregam a mesma informação, como "mi mi mi", já analisada aqui. Tais expressões aparecem, em nossas análises, focadas em responder a toda e qualquer evocação de: i. problemas sociais e econômicos da população preta; ii. memória ou história de exploração dos negros no país, como escravidão, por exemplo; iii. narrativas de casos de racismo, como violência policial; iv. situações em que se questionam discursos depreciativos em relação a cor da pele.

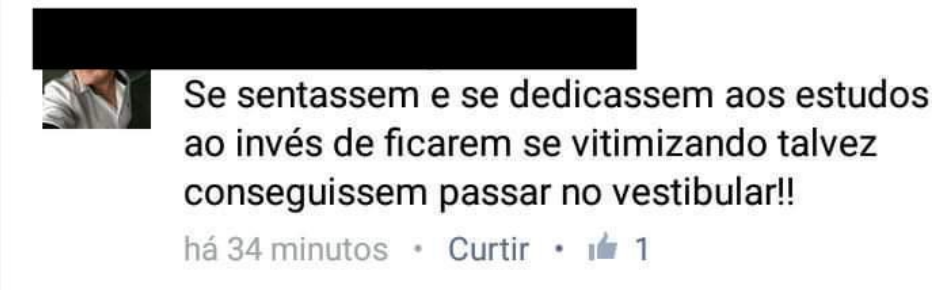


Figura 12 – Foto cedida por Ernesto Xavier
Fonte: Página Senti na Pele



Figura 13 – Foto cedida por Ernesto Xavier
Fonte: Página Senti na Pele

Na figura 12, a concepção de vítima aparece ao lado de uma outra construção frequente nos discursos: o imaginário histórico de que a população negra constitui a base da pirâmide econômica e social porque não se esforça o suficiente, ou "não se dedica", perde tempo "se vitimizando". Situação semelhante aparece na figura 13. Ambas estão ligadas diretamente a um discurso meritocrático. Claramente, a "vitimização" aparece reforçando a inferiorização do negro, nunca o privilégio branco resultante da ideologia racista. Como apontamos no início desta pesquisa, nas palavras do professor Chalhoub, "a meritocracia como valor universal, fora das condições sociais e históricas que marcam a sociedade brasileira, é um mito que serve à reprodução eterna das desigualdades sociais e raciais que caracterizam a nossa sociedade." A evocação do mérito serve ainda para o sujeito "conservar o próprio afeto" - como vimos no item 2.1- "desvalorizando o outro" e apontando sua "derrota".



Figura 14 – Foto cedida por Ernesto Xavier
Fonte: Página Senti na Pele

O comentário da figura 14 faz uso de xingamentos para o ataque de ódio. Destacamos nele, no entanto, dois vieses discursivos: a) o que opõe "o homem inteligente" ao preto; b) e uma nova categoria, a do nordestino como inferiorizado. Sobre o primeiro, fica evidente o recurso do "enunciado heterogêneo" como já falamos aqui, ou seja, não está escrito que o "homem inteligente" é branco, no entanto, está dito e reforçado com a expressão "preto é merda". Sobre a categoria nordestino, a professora Lia Schucman já nos apontou que a categoria "branco" é controversa porque "é deslocada dentro das diferenças de origem, regionalidade, gênero, fenótipo e classe". Em outras palavras, existe uma hierarquização evidente na sociedade brasileira que leva em consideração tais diferenças, o que explica o fato de um branco também sofrer discurso de ódio se a origem dele for o nordeste do país. É o que vemos na figura 15, "Ainda mais sendo preto e nordestino", o odiador verbaliza e reforça a inferiorização agregando o preconceito de origem "nordestino" ao racial.



Figura 15 – Foto cedida por Ernesto Xavier

Fonte: Página Senti na Pele



Figura 16 – Foto cedida por Ernesto Xavier
Fonte: Página Senti na Pele

As figuras 15 e 16 são uma amostra dos mais frequentes ataques de ódio contra negros, não só nas redes sociais, como na vida cotidiana. Tratamos aqui da estética do negro como alvo de sua inferiorização. No breve capítulo sobre ideologia e racismo no Brasil (1.1), fizemos uma viagem sobre a busca constante por um branqueamento da sociedade brasileira. Falamos também, no mesmo capítulo, sobre o impacto ideológico no imaginário e na mente dos cidadãos do país. Portanto, como sinalizou o professor Kabengele Munanga, vale reforçar que "a alienação do negro tem se realizado pela inferiorização do seu corpo antes de atingir a mente, o espírito, a história e a cultura" (MUNANGA, 2012, P.17). Em outras palavras, nosso

branqueamento é moral e social mas, para legitimar a dominação, a branquitude necessita também de uma inferiorização estética. A "estética do branqueamento" é, aliás, apontada pelo cineasta Joel Zito Araujo (2002) , como "o mais complicado" dos elementos "maléficos do mito da democracia racial". Joel Zito é autor do livro e do filme "A negação do Brasil", frutos de sua pesquisa de doutorado que fez um mapeamento para identificar novelas que tinham personagens e atores negros[49]. Considero importante, neste momento, recorrer à estética do branqueamento apontada na pesquisa, para entendimento da nossa conjuntura, nosso momento contemporâneo, ou seja, como aparece a ideologia do branqueamento em nossa vida contemporânea.

> A primeira observação é que o negro, a negra e a criança negra aparecem nas novelas em papéis de pessoas subalternas. Os papéis mais oferecidos são os de empregadas e empregados domésticos, copeiros, motoristas e semelhantes. Também foram oferecidos alguns papéis de marginais, bandidos, malandros. Nas novelas que tinham como fundo a temática da escravidão, que se tornaram um sucesso internacional, um grande filão de mercado, principalmente depois de 'Escrava Isaura' ter sido vendida para 67 países, foram oferecidos muitos papéis de escravos, pois a TV Globo percebeu que a temática da luta contra a escravidão, a luta por liberdade, era uma temática muito forte, muito vendável.
> Mas nossa principal crítica não é o oferecimento de papéis de pessoas subalternas para atores negros. O que caracteriza sempre o papel dado ao negro é que ele deve ser secundário. (RAMOS, 2002, p. 64)

"A negação do Brasil" é uma pesquisa apresentada nos anos 2000, que analisa as novelas do período de 1964 a 1997. Portanto, podemos dizer que o principal veículo de comunicação no Brasil - e a televisão foi e ainda é o principal meio de difusão de informações - através da dramaturgia, difundiu fortemente um conceito de inferiorização do negro pela estética durante parte do século XX e início do século XXI, como defende Joel Zito Araújo. Trago aqui este dado porque

[49] "Por cinco anos, o autor se transformou em um incansável 'noveleiro' e fez o levantamento da participação de atores e atrizes negros em 174 novelas produzidas entre 64 e 97, pela Globo e Tupi." https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u7192.shtml
Visitado em 10 de abril de 2019.

considero importante, dentro do conceito de dialogismo, de Bakhtin, entender como todos estes discursos aparecem perpassados.

A necessidade de inferiorizar o negro através de sua estética tem como alvos alguns marcos específicos: i. sua cor, como na frase "a foto tá meio preta". ii. sua origem étnica, "efeito africano". iii. a insistente tentativa de desumanizar a pessoa preta - uma estratégia recorrente no processo de escravidão, inclusive, como já vimos neste trabalho - "vai macacada", "volta para a mata macaca chimpa"; iv. e, também como já dissemos, o ataque ao cabelo, um dos elementos estéticos da pessoa preta que aparecem como mais frequência nos discursos, "vou pegar este cabelo e esfregar no chão como rodo".

A temática da estética, representatividade e subalternidade através da dramaturgia aparece ainda em uma referência ao personagem "Cirilo", como na frase "é a mãe do Cirilo", na figura 16. Cirilo é um famoso e polêmico personagem da telenovela infantil mexicana Carrossel, regravada e exibida no Brasil pelo SBT (Sistema Brasileiro de Televisão). A trama se passa em uma escola. No elenco, dezesseis crianças, apenas uma negra, o Cirilo, um menino "bobo", que cai em qualquer armadilha e que passa todo o momento nutrindo uma paixão que beira à devoção por uma coleguinha branca e de uma classe social com mais recursos econômicos que sempre o despreza[50]. Cirilo entrou para a história dos personagens pretos subalternizados que ajudam a difundir o racismo à brasileira nas mentes das novas gerações.

[50] Visitado em 22 de abril de 2019: https://www.brasildefato.com.br/node/32973/

Considerações finais

Nós iniciamos este trabalho falando de esperança. Conduzimos o leitor, no entanto, por um tortuoso caminho que revisitou momentos difíceis da nossa história. No pós-Abolição, que nos trouxe até aqui amarrados a uma estrutura racista que colocou pretos na base da pirâmide e inviabilizou a mobilidade social. Falamos da luta por inserção social e econômica da população preta nos primeiros anos do século XX. Tratamos do crescente racismo desde então e das muitas mobilizações para combatê-lo, seja na forma da lei, de políticas públicas, de denúncias ou da arte. Traçamos uma breve linha do tempo com os muitos grupos que se dedicaram à luta antirracista. Falamos especialmente e com mais detalhes de como o combate ao mito da democracia racial ocupou tempo e energia de ativistas durante o século passado. Acreditamos que tudo isto foi necessário para o entendimento deste processo ideológico, evidenciado, ouso dizer, quase escancarado nos dias de hoje, que mantém negros discursivamente encarcerados em condições de subalternidade. Lembrando Umberto Eco, "muitas vezes os hábitos linguísticos são sintomas importantes de sentimentos não expressos" (ECO, 2019, p. 23). Este trabalho promete e quer encontrar na própria análise discursiva que se propôs a fazer, soluções para o combate ao discurso de ódio com o cunho racial. Ao findar nosso capítulo 3, podemos garantir que a análise discursiva tem um peso muito maior que somente o de combater os odiadores. Sobre estes pontos nos debruçaremos agora.

Começo por um dos apontamentos que julgo mais grave desta reflexão: o discurso de ódio difundido nas redes sociais é, ao mesmo tempo, um reflexo do racismo entranhando na estrutura social e nas mentes dos brasileiros, bem como uma arma poderosa na formulação de conjuntura, propagação e manutenção de uma cultura que privilegia um grupo e subalterniza outro. Ora, se todo enunciado é dialógico como nos ensina Bakhtin, é apropriado dizer que corremos um risco duplo ao não combater com urgência e eficácia práticas discursivas de cunho racial. Por que um risco duplo? Tendemos a olhar para o discurso de ódio contra negros como resultado de um

histórico, já traçado por nós ao longo deste trabalho, que submeteu e quer continuar submetendo a população negra a condições desfavoráveis. No entanto, do outro lado e sob uma outra lente, precisamos jogar luz sobre a criação de uma nova conjuntura de ódio potencializada por estas práticas discursivas e que pode caminhar para a criação de novos valores, imagens e ideias depreciativas contra a população negra. O resultado disso, tal como aconteceu na escola de Suzano, é a possibilidade de um surgimento de um conflito étnico já declarado, muitas vezes, na ordem discursiva.

Podemos apontar ainda alguns pontos recorrentes na nossa análise do discurso que merecem atenção. Ressalto aqui que, em todo o nosso corpus, a tentativa constante é de valorização do sujeito branco e depreciação do negro, o que nos remete ao filósofo Castoriades, que fala da necessidade do sujeito - neste caso, do odiador – de conservar o próprio afeto e atacar o outro na sua inconvertibilidade – no caso dos negros, a cor da pele e seus traços físicos, fazendo do racismo a pior forma de ódio porque "o racismo não quer a conversão dos outros, ele quer a sua morte". (CASTORIADIS, 1992, p. 36) Seguindo este raciocínio, os constantes ataques aos negros conservam algumas características: i; a tentativa de desumanização da população negra, seja no ataque à cor da pele ou a frequente de comparação com símios. ii; o desprezo pelo continente africano, remetendo aos estereótipos, como atraso e selvageria, por exemplo. iii a exaltação do mérito como conquista do branco em contraponto à falta de esforço da população negra para associá-la a pobreza. iv; o ataque constante à estética negra, diminuindo toda e qualquer possibilidade de o belo estar atrelado aos traços físicos do negro.

É consenso entre ativistas que precisamos de um caminho eficaz que combata o discurso de ódio nas redes. A legislação apareceu como uma solução mais robusta na maior parte do trabalhos acadêmicos pesquisados por nós. Autores citados aqui consideram estreita "a fronteira entre a liberdade de expressão e de ódio" (MORENO, 2017, P. 100). Organizações, como a SaferNet, tentam um caminho mais eficaz, delimitando o crime como "qualquer tipo de preconceito baseado na ideia da existência de superioridade de raça, manifestações de ódio, aversão e discriminação que difundem segregação, coação, agressão, intimidação, difamação ou exposição de pessoa ou grupo", evocando a garantia constitucional de liberdade de expressão assegurada pelo artigo 5, inciso IX da Constituição Federal e diferenciando do discurso de ódio. Em outra linha de

atuação, fazem também campanhas para conscientização. No entanto, acredito que o estudo específico do discurso de ódio contra negros, pode nos ajudar a formular antídotos contra tais práticas agressivas.

Apontamos aqui também a necessidade de encontrarmos políticas educacionais, públicas ou privadas, como o *Teaching Tolerance*, nos Estados Unidos, que possam atuar em outra frente, a da educação para a diversidade. Obviamente seria simples importar o modelo de combate ao ódio nos Estados Unidos. No entanto, este trabalho traçou uma série de especificidades que diferenciam nossas relações étnicas do modelo estadunidense. Levando em consideração que tratamos aqui de um conflito étnico latente, temos que ter políticas específicas que considerem não só o combate ao racismo, como também a educação de famílias que tenham qualquer envolvimento com a prática do discurso de ódio. O que sugerimos, talvez para próximas pesquisas, é que pensemos juntos soluções efetivas no combate ao ódio contra negros. Deixo aqui uma semente: se conseguimos trabalhar a violência contra a mulher e montar núcleos de educação para homens violentos, até quando deixaremos de fazer um trabalho de educação antirracista para odiadores?

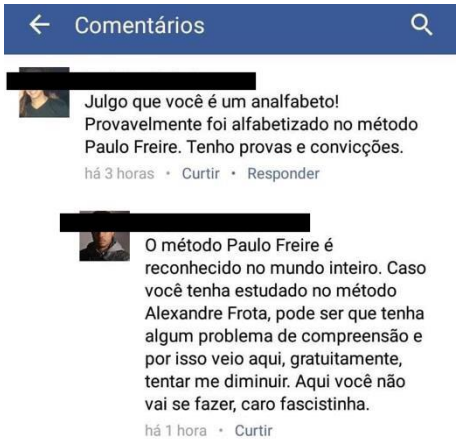


Figura 17 – Foto cedida por Ernesto Xavier
Fonte: Página Senti na Pele

Guardei ainda, como uma espécie de bônus, um último post. Este fala sobre o nosso patrono da educação. Não será uma análise, apenas para que você, leitor, não saia daqui sem lembrar de Paulo Freire: "educação não transforma o mundo. Educação muda

as pessoas. Pessoas transformam o mundo.” Está aberta a possibilidade de mudança para uma educação antirracista!

REFERÊNCIAS

ARAUJO, J.Z. **A estética do racismo**. In RAMOS, S. **Mídia e Racismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BAKHTIN. A estética da criação verbal. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CASTORIADIS, C. **O mundo fragmentado – as encruzilhadas do labirinto 3**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

D'ADESKY, J. **Racismos e Anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

D'ADESKY, J. **Afro-Brasil, debates e pensamentos**. Rio de Janeiro: Cassará Editora, 2015.

ECO, U. **O fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

FERES JR, J. Guerreiro Ramos: banquitude, pós-colonialismo e nação. In: D'ADESKY, Jacques. **Afro-Brasil, debates e pensamentos**. Rio de Janeiro: Cassará Editora, 2015.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.

FIORIN, J. L. Introdução ao pensamento de Bakhtin. Cap2 O dialogismo

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2005

FREITAS, R. CASTRO, M. Liberdade de Expressão e Discurso de Ódio: um exame sobre as possíveis limitações à liberdade de expressão. 2013. http://www.scielo.br/pdf/seq/n66/14.pdf

GIORGI, C. BIAR, L. BORGES, R. Estudos da linguagem e questões étnico-raciais -- -----

GLUCKSMANN, A. **O Discurso de ódio**. Rio de Janeiro: Difel, 2004.

HALL, S. **Da diáspora – identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HALL, S. **Raça, o significante flutuante**. 1995, Tradução Liv Sovik, In http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MILLS, CHARLES. **The Social Contract.** Cornell University Press, 1997

MORENO, R. **A imagem da mulher na mídia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

MOURA, C. **O racismo como arma ideológica de dominação**. 1994. In http://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/70_O_racismo_como_arma_ideologica_de_dominacao_Clovis_Moura_.pdf

MUNANGA, K**. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf

MUNANGA, K. **Negritude – usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PAIXÃO, M. **Da lenda à esfinge: sobre as relações raciais no Brasil contemporâne**o. In:D'ADESKY, Jacques. **Afro-Brasil, debates e pensamentos**. Rio de Janeiro: Cassará Editora, 2015.

PAIXÃO, M, ROSSETTO, I. MONTOVANELE,, F. CARVANO, LUIZ M. **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2009-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PEREIRA, A. **O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas:FAPERJ, 2013.

REBS, R. **O excesso no discurso de ódio dos haters**. 2017. https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/viewFile/1984-8412.2017v14nespp2512/35377

RUFINO, J. **A inserção do negro e seus dilemas**. 1999. In Parcerias Estratégicas:

http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/72/64

SCHWARCZ, L. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: claro Enigma, 2012.

SEMOG, E. **Abdias Nascimento: o griot e as mulharas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

SOUZA, J. **Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira**. 2000. In http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702000000100005

SHUCMAN, L. V. **Entre o 'encardido', o 'branco' e o 'branquíssimo': Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. São Paulo: 2012.